

REVISTA
TORMENTA
2020



FACÇÃO FICTÍCIA

ANO I • EDIÇÃO #00

PRIMAVERA DE 2020



FACCCAOFICTICIA.NOBLOGS.ORG

Sumário

2020: um Ano que dispensa apresentação	3
A Revolta é a Vida, a Resignação é a Morte	6
Pandemia e Agronegócio: Entrevista com Rob Wallace	8
ANTIFA: Contra o Que e ao Lado de Quem Lutar – Entrevista com Mark Bray	17
6 Críticas à Criminalização e ao Mito do “Manifestante Infiltrado”	22
O Fogo que Arde Desde a Cordilheira	26
Cartas de Presos Anarquistas em Solidariedade a Mónica Caballero e Francisco Solar	38
Lula só Fez Autocrítica Onde Estava Certo	43
ROJAVA: Entrevista com Tekoşîna Anarşîst	48
Brasil: Epicentro do Vírus do Populismo?	59
Indicações de Leitura	77

2020: UM ANO QUE DISPENSA APRESENTAÇÃO

Escrevemos estas linhas e organizamos esta compilação com alguns dos principais artigos que lançamos em 2020 enquanto janelas e gôndolas destruídas ainda são trocadas em várias unidades do Carrefour pelo Brasil. A revolta que emergiu por conta do assassinato racista de João Alberto em Porto Alegre na véspera do dia da Consciência Negra mostrou que existe uma insurreição latente de forças dispostas a contra-atacar os ricos e suas polícias racistas. Num episódio de retaliação e resposta imediata que nos obriga a lembrar da rebelião após morte de George Floyd nos EUA, corpos revoltados, sobretudo de pessoas pretas e periféricas, demonstraram que é possível se rebelar mesmo na época mais pacificadora das lutas: as eleições.

Entre o primeiro e o segundo turno da eleição para prefeitos, as cidades com os protestos mais combativos foram justamente as que enfrentam “dilemas” maiores nas urnas: Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. As disputas eleitorais entre partidos de direita e de esquerda institucional – ou entre direita e mais direita no caso do Rio – não dão conta de responder a desejos tão profundos como ver lojas de uma empresa multimilionária em chamas, saqueadas com seus produtos e riquezas distribuídas livremente. O mais próximo que chegam é da discussão de políticas menos racistas dentro do capitalismo (que por essência, é racista, colonizador e promotor de extermínios). Costumamos repetir um enunciado bastante explícito: “ninguém é radical em ano par”. Revoltas, como as de 2013, podem ser rapidamente canalizadas e transformadas em capital político para quem quer “levar as demandas das ruas” para dentro dos palácios em ano de eleição, como em 2014. Se em 2018 foi a direita que deu ao seu mais escandaloso representante o cargo de presidente, é porque souberam canalizar desejos



e as ferramentas que os produzem e controlam nas ruas e no mundo virtual. Dilma Rousseff, a presidente que não sabia o que era meme enquanto era transformada em um, foi derrubada e perdeu lugar, por fim, para um presidente que faz seus próprios memes e atualiza as formas de governo com base no ressentimento e no orgulho ferido da figura do macho branco, adulto e heterossexual, que se sente ameaçado com a proliferação de práticas e corpos que escapem ao modelo de sua própria identidade dominante. Nesse caso, Narciso não apenas acha feio o que não é espelho. Ele manda matar. Seja pela miséria, seja pela torturas dentro e fora das cadeias, seja pela arma de um policial ou espancado até a morte no estacionamento de um supermercado.

Dentro deste cenário apocalíptico por si só, vimos chegar uma pandemia global inédita na modernidade. Governos viram nisso uma oportunidade de avançar medidas de isolamento e pacificação. Democratas esclarecidos, “progressistas” de toda a ordem, lançam mão dos aparatos jurídicos, policiais e militares para fortalecer os controles sobre as condutas, produzindo pilhas de corpos e um sufocamento ainda maior contra aqueles que se mantêm vivos. E engana-se quem pensa que isso é a exceção, que é um desvio. O nome disso é justamente Estado Democrático de Direitos. Em simultâneo, bufões autoritários como Bolsonaro e o derrotado Trump se contentam em ver os efeitos da pandemia assumindo um contorno eugenista e genocida. Enquanto isso, aplaudem e estimulam o agronegócio e a expansão desen-

volvimentista e colonial que incendeia a Amazônia e o Pantanal, nos alertando que é dessa destruição dos biomas que virão as próximas pandemias.

Em momentos de crises sobrepostas é que vemos quem são os inimigos da ordem, que são seus defensores e quem são seus falsos críticos – os quais vão se apropriar da rebelião para implementar reparos aos sistema e perpetuá-lo. Em meio a todas essas forma de pacificação, eleitoral e biológica, nos vimos em diversos dilemas que nos faziam pensar sobre quando é “a hora certa” de ir para as ruas e partir para ação, seja de solidariedade com os nossos ou em ataque contra os chefes do sistema que produz pandemias e ecocídios. Mas tanto a solidariedade quanto a revolta tomaram corpo entre os grupos explorados e excluídos com enorme potência. Alguns exemplos foram inspiradores como o do povo do território conhecido atualmente como Chile, que não deixou o vírus interromper de vez um ano de rebelião contra o neoliberalismo; e os movimentos negros e anticapitalistas dos EUA incendiando delegacias e prédios no país inteiro, organizando comunas e zonas livre de polícia quando autoridades mandavam todos “ficarem em casa”. Por aqui, antifascistas, motoboys, mulheres, indígenas e o povo preto periférico mostrou que também há disposição em nosso território para nos encontrar e revidar.

Carregamos a memória das 172 mil mortes pela Covid19, subnotificadas e concentradas na população negra e pobre. Assim como as 3.148 pessoas mortas pela polícia no Brasil apenas no primeiro semestre. Sabemos que a letalidade desse projeto genocida contabilizará ainda mais vítimas até o fim de dezembro. Uma segunda onda do vírus está a caminho e não existe uma vacina para um projeto de Estado e sua normalidade. Apenas a rebelião e a autodeterminação dos de baixo. É preciso acabar com a normalidade!

*Internacional Fictícia,
26 de Novembro de 2020.*

A REVOLTA É A VIDA, A RESIGNAÇÃO É A MORTE

30 de Maio de 2020

Mais uma vez é preciso atacar o discurso imobilizante em diversos setores da esquerda, justamente nos meios que deveriam estar preparados para o conflito e o dissenso, o que acaba por nos condenar à inação afim evitar uma suposta reação seja no campo reacionário ou nos mais moderados. Sempre que o povo está na iminência de não aguentar mais e ir pras ruas enfrentar o fascismo, começam as interpretações conspiratórias pelas quais isso é o que governo quer para legitimar a reação; começam mesmo entre nós as defesas de que as convocações para o enfrentamento não passam de manipulações e/ou infiltrações da direita para justificar a repressão, o golpe, a intervenção militar, como se fosse impossível, mais uma vez, as pessoas se revoltarem por elas mesmas.

Primeiro, essa é a base da leitura que atribui a 2013 e à revolta popular o início do golpe e o advento do fascismo, que nega a potência das manifestações e do movimento de massa para absolver o PT de ter cavado sua própria cova militarizando favelas, corroborando o genocídio indígena e se aliando aos banqueiros.

Apaga também a repressão histórica à luta do povo, que, neste caso específico, só permitiu a emergência da direita após perseguição e criminalização aos que estavam nas ruas.

Em máximo grau, portanto, passa pano para essa criminalização, a torna aceitável, culpando quem se revolta e apagando nossa história.

Então novamente é preciso dizer: o Estado não precisa de justificativa para legitimar a violência que já exerce. A resposta de quem se revolta não deixa de ser válida apenas porque alguém não confiável a está defendendo. Nossa morte já é mais que um plano, ela está sendo executada diariamente, não temos mais o que temer com um golpe, todos eles já foram dados. Se continuarmos sem reagir por medo do que pode ser ainda pior, simplesmente já estaremos mortos.

Se existem razões para não se ir às ruas hoje, certamente elas não passam pela tentativa de nos calar por meio do discurso do medo. O Estado mata,

tortura, violenta, prende, amedronta. E o seu avanço não entra em quarentena. É urgente praticarmos o autocuidado, que passa pela autodefesa. Isso implica em mudarmos hábitos, mantermos o distanciamento social dentro do possível, evitarmos aglomerações, entre outros. Contudo, isso implica também em combater o medo que leva à inação.

Não queremos morrer infectados pelo vírus, não queremos morrer sufocados pelo peso da bota militar assim como não queremos nos mortificar com a crença nas instituições

O que não faltam hoje são motivos para que o fogo da revolta arda novamente em cada canto de cada cidade. Como dizem as paredes de diferentes partes do sul do planeta, “na democracia ou na ditadura, o Estado (e o capitalismo) te viola, mata e tortura”. Queremos viver e não apenas sobreviver.

*A reação do opressor nunca é culpa dos oprimidos.
Nossa responsabilidade é nos rebelar.*

Pelo fim do medo!
Solidariedade e liberdade!



PANDEMIA E AGRO-NEGÓCIO: ENTREVISTA COM ROB WALLACE

14 de abr de 2020

Lançamos em abril uma versão zine do primeiro capítulo do livro “Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness, and the Nature of Science” (Lançado posteriormente no Brasil como “Pandemia e Agronegócio”, pela editora Elefante). No livro de 2016, o cientista e socialista Rob Wallace analisa as terríveis relações entre expansão do agronegócio no capitalismo e o surgimento de epidemias como SARS, Zika, Ebola, H1N1, H5N1 e muitas outras doenças infecciosas.

Wallace é biólogo evolucionista, filogeógrafo e uma das principais fontes citadas pelo já célebre artigo “*Contágio Social – Coronavírus, China, Capitalismo Tardio e o Mundo Natural*”, dos comunistas chineses do Coletivo Chuang, que apresentam críticas contundentes ao capitalismo de estado e extremamente autoritário da China, ao capitalismo ocidental e as narrativas racistas e superficiais sobre a pandemia — na nossa opinião, uma das melhores análises até o presente momento sobre a pandemia em curso.

A seguir, uma tradução da entrevista com Rob Wallace publicada em março na revista alemã em Marx21, sobre o Covid-19 e sua relação com o capitalismo e a responsabilidade do agronegócio e as soluções sustentáveis para combater as doenças infecciosas.

Pergunta: Qual é o perigo do novo coronavírus?

Robert Wallace: Depende em que momento se encontra o surto local de Covid-19: no início, no momento de pico, no final? Qual é a resposta da sua região em matéria de saúde pública? Quais são os seus dados demográficos? Qual é a sua idade? Está imunossuprimido? como é a sua saúde geral? Para perguntar sobre uma possibilidade não diagnosticável, a sua imunogenética, a genética intrínseca à sua resposta imunitária, se ajusta ou não ao vírus?

Então todo este barulho sobre o vírus é apenas tática para gerar medo?

Não, certamente que não. A nível populacional, o Covid-19 registrava, no início do surto de Wuhan, uma taxa de mortalidade de 2 a 4%. Fora de Wuhan, a taxa de mortalidade parece cair para mais ou menos 1% ou ainda menos, mas também parece disparar em pontos aqui e ali, incluindo em locais na Itália e nos Estados Unidos. O seu alcance não parece grande em comparação com, digamos, a 10% da SARS, a gripe de 1918 com 5-20%, a “gripe aviária” H5N1 com 60%, ou em alguns pontos o Ebola com 90%. Mas excede certamente os 0,1% de taxa de mortalidade da gripe sazonal. O perigo, porém, não é apenas uma questão de taxa de mortalidade. Temos de lidar com aquilo a que se chama taxa de penetração ou de ataque comunitário: quanto da população global é atingida pelo surto.

Pode ser mais específico?

A rede global de viagens está em uma conectividade recorde. Sem vacinas ou antivirais específicos para o coronavírus, nem, neste momento, qualquer imunidade grupal ao vírus, mesmo uma cepa com uma mortalidade de apenas 1% pode representar um perigo considerável. Com um período de incubação de até duas semanas e provas crescentes de alguma transmissão antes da doença – antes de sabermos que as pessoas estão infectadas – poucos locais estariam livres de infecção. Se, por exemplo, o Covid-19 registrar 1% de mortalidade no decurso da infecção de quatro bilhões de pessoas, são 40 milhões de mortos. Uma pequena parte de um grande número pode ser também um grande número.

Estes são números assustadores para um patógeno ostensivamente menos que virulento.

Definitivamente, e estamos apenas no início do surto. É importante compreender que muitas novas infecções mudam ao longo do curso das epidemias. A infecciosidade, a virulência, ou ambas, podem atenuar. Por outro lado, outros surtos aumentam em termos de virulência. A primeira onda da pandemia de gripe, na Primavera de 1918, foram uma infecção relativamente leve. Foi a segunda e terceira ondas, no Inverno e em 1919, que mataram milhões de pessoas.

Mas os céticos da pandemia argumentam que muito menos doentes foram infectados e mortos pelo coronavírus do que pela gripe sazonal típica. O que pensa sobre isso?

Seria o primeiro a celebrar se este surto se revelasse um fracasso. Mas estes esforços para considerar o Covid-19 como um possível perigo, citando outras doenças mortais, especialmente a gripe, é um dispositivo retórico para apontar a preocupação com coronavírus como algo desproporcional.

Então, a comparação com a gripe sazonal é capenga...

Faz pouco sentido comparar dois agentes patogênicos em diferentes partes das suas curvas epidemiológicas. Sim, a gripe sazonal infecta muitos milhões em todo o mundo, matando, segundo estimativas da OMS, até 650.000 pessoas por ano. A Covid-19, porém, está apenas iniciando a sua viagem epidemiológica. E, ao contrário da gripe, não dispomos nem de vacinas, nem de imunidade de grupo para retardar a infecção e proteger as populações mais vulneráveis.

Mesmo que a comparação seja enganadora, ambas as doenças são causadas por vírus de um grupo específico, os vírus RNA. Ambas podem causar doenças. Ambas afetam a região da boca e da garganta e, por vezes, também os pulmões. Ambas são bastante contagiosas.

Estas são semelhanças superficiais que ignoram uma parte crítica da comparação entre dois agentes patogênicos. Sabemos muito sobre as dinâmicas da gripe. Sabemos muito pouco sobre a Covid-19. Estão impregnadas de incógnitas. Na verdade, há muito sobre a Covid-19 que era mesmo indecifrável até o surto se manifestar plenamente. Ao mesmo tempo, é im-

portante compreender que não se trata de Covid-19 versus gripe. Trata-se do Covid-19 e da gripe. O surgimento de infecções múltiplas capazes de se tornarem pandêmicas, atacando populações em combos, deve ser a preocupação principal e central.

Há vários anos você pesquisa as epidemias e as suas causas. O seu livro “Big Farms Make Big Flu” tenta estabelecer essas ligações entre as práticas agrícolas industriais, a agricultura biológica e a epidemiologia viral. Quais são seus insights ?

O perigo real de cada novo surto é o fracasso – ou melhor dizendo, a recusa conveniente de compreender que cada novo Covid-19 não é um incidente isolado. O aumento da ocorrência de vírus está intimamente ligado à produção alimentar e à rentabilidade das empresas multinacionais. Quem pretender compreender por que razão os vírus se estão a tornar mais perigosos deve investigar o modelo industrial da agricultura e, mais especificamente, a produção animal. Neste momento, poucos governos, e poucos cientistas, estão dispostos a fazê-lo. Muito pelo contrário.

Quando surgem os novos surtos, os governos, a mídia e mesmo a maioria dos estabelecimentos médicos estão tão concentrados em cada emergência em separado que descartam as causas estruturais que estão conduzindo múltiplos agentes patogênicos marginalizados para uma súbita celebridade global, um após o outro.

De quem é a culpa?

Eu disse agricultura industrial, mas há um âmbito mais vasto. O capital é a ponta de lança da invasão de terras das florestas primárias e das terras agrícolas de pequenos proprietários em todo o mundo. Estes investimentos impulsionam o desmatamento e o desenvolvimento que conduzem ao aparecimento de doenças. A diversidade funcional e a complexidade que estas enormes extensões de terra representam estão sendo racionalizadas de tal forma que agentes patogênicos anteriormente encaixotados estão a alastrar ao gado local e às comunidades humanas. Em suma, os centros capitais, locais como Londres, Nova York e Hong Kong, devem ser considerados os nossos principais focos de doença.

Para que doenças é este o caso?

Neste momento, não existem agentes patogênicos isentos de capital. Mesmo os mais remotos são afetados, se bem que de forma distante. O Ebola, a Zika, os coronavírus, a febre amarela, uma variedade de influências aviárias e a peste suína africana contam-se entre os muitos agentes patogênicos que saem das zonas mais remotas do interior para os circuitos peri-urbanos, as capitais regionais e, por fim, para a rede global de viagens. Desde morcegos frugívoros no Congo até a morte de banhistas de Miami, dentro de algumas semanas.

Qual é o papel das empresas multinacionais neste processo?

Neste momento, o Planeta Terra é, em grande parte, o Planeta Fazenda, tanto na biomassa como nas terras utilizadas. O agronegócio tem como objetivo monopolizar o mercado de alimentos. A quase totalidade do projeto neoliberal está organizada em torno do apoio aos esforços das empresas sediadas nos países industrializados mais avançados para roubar a terra e os recursos dos países mais fracos. Como resultado, muitos desses novos agentes patogênicos, anteriormente controlados por ecologias florestais há muito evoluídas, estão sendo libertados, ameaçando o mundo inteiro.

Que efeitos têm os métodos de produção do agronegócio sobre este aspecto?

A agricultura direcionada pelo capital, que substitui mais ecologias naturais, oferece o meio exato pelo qual os agentes patogênicos podem evoluir os fenótipos mais virulentos e infecciosos. Não se conseguiria conceber um sistema melhor para criar doenças mortais.

Como assim?

O cultivo de monoculturas genéticas de animais domésticos retira a proteção imunológica que poderia estar disponível para retardar a transmissão. As dimensões e densidades maiores da população facilitam taxas maiores de transmissão. Estas condições de aglomeração diminuem a resposta imunitária. O elevado rendimento, uma parte de qualquer produção industrial, proporciona um fornecimento continuamente renovado de produtos

sensíveis, o combustível para a evolução da virulência. Em outras palavras, o agronegócio está tão concentrado nos lucros que a seleção de um vírus que pode matar mil milhões de pessoas é tratada como um risco aceitável.

O quê!?

Estas empresas podem simplesmente externalizar os custos das suas operações epidemiologicamente perigosas sobre todos os outros. Desde os próprios animais até aos consumidores, trabalhadores agrícolas, ambientes locais e governos em todas as jurisdições. Os prejuízos são tão elevados que, se devolvêssemos esses custos aos balanços das empresas, o agronegócio, tal como o conhecemos, acabaria para sempre. Nenhuma empresa poderia suportar os custos dos danos que impõe.

Em muitos meios de comunicação social afirma-se que o ponto de partida do coronavírus foi um “mercado de alimentos exóticos” em Wuhan. Esta descrição é verdadeira?

Sim e não. Existem pistas espaciais a favor desta noção. O rastreio de contatos relacionados com infecções remonta ao Hunan Wholesale Sea Food Market, em Wuhan, onde animais selvagens eram vendidos. A amostragem ambiental parece indicar a extremidade oeste do mercado onde os animais selvagens eram mantidos.

Mas a que distância e até que ponto devemos investigar? Quando é que a emergência começou realmente? O enfoque sobre o mercado não leva em conta as origens da agricultura selvagem no interior e a sua crescente capitalização. A nível global, e na China, os alimentos selvagens estão a tornar-se mais formalizados como um setor económico. Mas a sua relação com a agricultura industrial vai além da mera partilha dos mesmos sacos de dinheiro. À medida que a produção industrial – ovo, aves e similares – se expande para a floresta primária, exerce pressão sobre os operadores de alimentos selvagens para que estes se alimentem ainda mais na floresta, aumentando a interface com novos agentes patogénicos, incluindo o Covid-19.

O Covid-19 não é o primeiro vírus a desenvolver-se na China que o governo tentou encobrir.

Sim, mas não se trata, porém, de um excepcionalismo chinês. Os EUA e a Europa também serviram de pontos zero para novas gripes, recentemente o H5N2 e o H5Nx, e as suas multinacionais e aliados neocoloniais impulsionaram o surgimento do Ebola na África Ocidental e do Zika no Brasil. Funcionários de saúde pública dos EUA protegeram o agronegócio durante os surtos de H1N1 (2009) e H5N2.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou uma “emergência sanitária internacional”. Esta medida é correta?

Sim. O perigo de um agente patogênico deste tipo é o de as autoridades sanitárias não controlarem a distribuição estatística dos riscos. Não temos ideia de como o agente patogênico pode reagir. Passamos de um surto num mercado para infecções espalhadas pelo mundo numa questão de semanas. O agente patogênico pode simplesmente esgotar-se. Isso seria ótimo. Mas nós não sabemos. Uma preparação melhor melhoraria as chances de reduzir a velocidade de difusão do agente patogênico.

A declaração da OMS também faz parte daquilo a que eu chamo teatro da pandemia. As organizações internacionais morreram face à inação. Vem-me à mente a Liga das Nações. O grupo de organizações da ONU está sempre preocupado com a sua relevância, poder e financiamento. Mas este tipo de atuação também pode convergir para a preparação e prevenção de que o mundo precisa para romper a cadeia de transmissão do Covid-19.

A reestruturação neoliberal do sistema de saúde agravou tanto a investigação como o tratamento geral dos doentes, por exemplo, nos hospitais. Que diferença poderia fazer um sistema de saúde mais bem financiado para combater o vírus?

Há a terrível mas contagiosa história do empregado da empresa de aparelhos médicos de Miami que, ao regressar da China com sintomas semelhantes aos da gripe, fez a coisa certa pela sua família e comunidade e exigiu um exame hospitalar local para o Covid-19. Ele temia que a sua opção mínima no Obamacare não cobrisse os testes. Ele estava certo. De repente, ele estava com uma conta de 3270 dólares. Uma opção americana poderia ser uma ordem de emergência que estipula que, durante um surto pandêmico, todas as contas médicas pendentes relacionadas com os testes de infecção e de tratamento após um teste positivo seriam pagas pelo governo federal.

Queremos encorajar as pessoas a procurar ajuda, afinal de contas, em vez de se esconderem e infectarem outras pessoas – porque não podem pagar o tratamento. A solução óbvia é um serviço nacional de saúde – dotado de pessoal e equipamento adequados para fazer face a emergências de dimensão comunitária – para que um problema tão ridículo como o de desencorajar a cooperação comunitária nunca surja.

Assim que o vírus é descoberto num país, os governos de todos os países reagem com medidas autoritárias e punitivas, tais como a quarentena obrigatória de áreas inteiras de terra e cidades. Justificam-se medidas tão drásticas?

A utilização de um surto para testar o mais recente controle autocrático após o surto é um capitalismo de catástrofe que descarrilou. Em termos de saúde pública, eu erraria do lado da confiança e da compaixão, que são importantes variáveis epidemiológicas. Sem qualquer delas, as autoridades perdem o apoio das suas populações. O sentido de solidariedade e de respeito comum é uma parte essencial da cooperação de que necessitamos para, em conjunto, sobrevivermos a tais ameaças. As autoquarentenas com o devido apoio de brigadas de bairro treinadas, caminhões de abastecimento de alimentos que vão de porta em porta, libertação do trabalho e seguro desemprego – podem suscitar esse tipo de cooperação, de que estamos todos juntos nisto.

Como devem saber, na Alemanha, com a AfD, temos um partido nazista de fato com 94 cadeiras no parlamento. A extrema-direita nazista e outros grupos associados aos políticos da AfD utilizam a crise do coronavírus para a sua mobilização. Espalharam relatos (falsos) sobre o vírus e exigem mais medidas autoritárias por parte do governo: Restrição dos voos e à entrada de imigrantes, fechamento de fronteiras e quarentena forçada...

A proibição de viagens e o fechamento de fronteiras são exigências com as quais a direita radical quer racializar o que são hoje doenças globais. Isto é, evidentemente, um absurdo. Neste momento, dado que o vírus já está a caminho de se espalhar por todo o lado, o mais sensato é trabalhar no desenvolvimento do tipo de resiliência de saúde pública em que não importa quem apareça com uma infecção, temos os meios para as tratar e curar. Evidentemente, deixar de roubar as terras das pessoas no estrangeiro e de provocar os êxodos, em primeiro lugar, e podemos evitar que os agentes patogénicos surjam em primeiro lugar.

O que seria uma mudança sustentável?

A fim de reduzir o aparecimento de novos surtos de vírus, a produção alimentar tem de mudar radicalmente. A autonomia dos agricultores e um setor público forte podem refrear as ratazanas ambientais e as infecções descontroladas. Introduzir variedades de efetivos e de culturas – e uma renovação estratégica – tanto a nível da exploração como a nível regional. Permitir que os animais destinados à alimentação se reproduzam no local para transmitir as imunidades testadas. Ligar apenas a produção à circulação. Subsidiar preços e programas de compras que apoiem a produção agroecológica. Defender estas experiências tanto das compulsões que a economia neoliberal impõe aos indivíduos e às comunidades como da ameaça da repressão do Estado liderada pelo capital.

O que os socialistas devem exigir perante a dinâmica crescente dos surtos de doenças?

O agronegócio como modo de reprodução social tem de acabar definitivamente, mesmo que não seja por uma questão de saúde pública. A produção altamente capitalizada de alimentos depende de práticas que põem em perigo toda a humanidade, neste caso ajudando a desencadear uma nova pandemia mortal. Devemos exigir que os sistemas alimentares sejam socializados de forma a impedir que surjam agentes patogênicos tão perigosos. Isso exigirá a reintegração da produção alimentar nas necessidades das comunidades rurais, em primeiro lugar. Isso exigirá práticas agroecológicas que protejam o ambiente e os agricultores à medida que cultivam os nossos alimentos. Em termos gerais, temos de curar as fissuras metabólicas que separam as nossas ecologias das nossas economias. Em suma, temos um planeta a ganhar.

Agradecemos pela entrevista.

ANTIFA: CONTRA O QUE E AO LADO DE QUEM LUTAR – ENTREVISTA COM MARK BRAY

5 de jun de 2020

A luta antifascista tem atravessado cada vez mais os debates políticos, seja por meio da difusão de mensagens e ações ou das ameaças de criminalização e repressão. No início do ano, antifascistas em Porto Alegre interromperam um protesto bolsonarista em 17 de maio aos cantos de “recua, fascista”. Depois, torcedores de diferentes times de futebol se juntaram para ocupar as ruas em São Paulo e frustrar protestos de apoiadores do presidente. Ambos inspiraram ações em mais de 15 cidades, como em Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro, onde atos estão sendo organizados semanalmente para bloquear, atrasar e impedir carreatas dos que gostam de “protestos a favor” de populistas de direita e pedindo a volta da ditadura militar.

Ao fim de maio, a onda de protestos combativos em centenas de cidades nos Estados Unidos, após o assassinato de George Floyd, repercutiu no mundo as lutas antirracistas e antifascistas. Como efeito, Bolsonaro e parlamentares, pretendem imitar Donald Trump e tonar ações e grupos antifa em uma “ameaça terrorista doméstica”. Explicitando o que sempre dissemos: quem se incomoda e combate o antifascismo é, pela lógica, um fascista. Seu objetivo pode não ser cumprido na lei, mas podemos esperar o que sempre aconteceu na história: vai atizar os ânimos de suas bases dispostas a praticar atos de violência nas ruas contra minorias e todos que denunciam o fascismo, com a conivência da polícia.

Por isso, o momento é de se organizar, nos articular e discutir sobre táticas e estratégias de luta. Assim, o coletivo Faccção Fictícia convidou Mark Bray, autor do livro *Manual Antifa* (2019), para uma entrevista exclusiva sobre alguns temas urgentes como: relação entre movimentos antifa e black bloc, anarquismo, esquerda institucional e até os ditos policiais “antifascistas” – fenômeno até então exclusivo do Brasil e que surpreende até mesmo

militantes e pesquisadores com vasta experiência nas lutas antifascistas contra todas as formas de regimes e autoritarismos.

Boa leitura! Nos vemos nas ruas.

1. Como você define o que chama, em seu livro, de antifa moderna e como ela contribui para o cenário de protestos atuais contra o racismo e a polícia nos EUA?

Em resumo, eu diria que a política ou um grupo da antifa moderna seria uma oposição militante, socialista revolucionária, orientada para a ação direta, à extrema direita que rejeita recorrer à polícia ou ao Estado para detê-los e que geralmente tem uma espécie de noção de esquerda antifascista amplamente radical (pan-radical), embora nem sempre. Como você sabe, Trump culpou antifa e anarquistas pela destruição nos recentes protestos. Embora antifas tenham, provavelmente, estado em algumas manifestações, não há evidências de sua participação nelas. Com certeza, simplesmente não há antifas suficiente nos EUA para causar tal destruição. Eu gostaria que houvesse tantos, mas não existem. Certamente, porém, antifas apoiam o Black Lives Matter e pode haver algumas pessoas que participam dos dois tipos de organização.

2. Quais as relações entre antifa, tática black bloc e as lutas anarquistas e anticapitalistas contemporâneas desde a emergência do movimento antiglobalização?

Na maior parte, os black blocs foram usados nos Estados Unidos a partir de 1999 para protestar em cúpulas econômicas (OMC em Seattle, especialmente), protestando contra as guerras, contra as convenções políticas nacionais, etc. A associação entre antifa e black blocs nos EUA realmente começou com o J20 (protestos radicais que atacaram a cerimônia de posse de Trump em 2016), quando muitos anarquistas, antifa e outros anti-autoritários foram presos e acusados de crimes, cujas sentenças poderiam ter chegar a décadas na prisão. Felizmente eles foram absolvidos. Também ocorreram eventos como o black blocs interrompendo e acabando com um



Porto Alegre, 3 de Maio de 2020

discurso do provocador de extrema-direita Milo Yiannopoulos em Berkeley, em 2017, e outros confrontos em Portland e em outros lugares.

3. Desde os levantes em 2013 e 2014 no Brail, percebemos um grande esforço das autoridades em criminalizar táticas, como os black blocs, como se estas fossem organizações formais ou criminosas, terroristas. Vemos agora, essa tentativa com antifas. Para isso, usam discursos que atacam de deslegitimam movimentos combativos, alegando que “quem pratica ações ditas ‘violentas’ (dano à propriedade, revidar a violência policial) em manifestação são ‘minorias’ ou ‘infiltrados’ para justificar o isolamento de setores radicais e a repressão estatal. Como você vê, historicamente, a resposta dos movimentos antifascistas e antirracistas a tais acusações e disputas de narrativas – que muitas vezes emergem dos próprios setores da esquerda?

Bem, algumas das primeiras movimentações antifas na Alemanha da década de 1980 surgiram dos movimentos autônomos, que rejeitou basear suas políticas na aprovação da opinião pública. Portanto, nesse sentido, nem todos os antifa se importaram tanto com isso da mesma forma que outros. Mas é claro que essas disputas têm o potencial de separar os movimentos. Nas minhas entrevistas com antifascistas europeus, parece que cada movi-

mento teve, em diferentes momentos, maior ou menor colaboração com grupos de esquerda como sindicatos etc. Tê-los como aliados pode ajudar, mas é uma aliança que pode ser inconstante. A noção de “diversidade de táticas”, que surgiu há 20 anos ou mais durante a era do movimento de justiça global (ou antiglobalização), foi um esforço para coexistir e contornar esses problemas. Claro que não é uma receita de bolo, depende de cada caso. Enfim, é muito difícil desfazer a dicotomia ‘bom manifestante’, ‘mau manifestante’, como fazem as imprensa e alguns grupos de esquerda.

4. No Brasil, nos deparamos com um fenômeno curioso, no qual policiais civis e militares se consideram “antifascistas” e se organizam enquanto movimento para se infiltrar e influenciar lutas sociais e pautas da esquerda. Em sua pesquisa, já deparou com exemplos semelhantes em outros países? Qual a sua opinião sobre a participação de policiais, militares ou outros agentes das forças de segurança estatais ou privadas em movimentos e manifestações de política radical?

Isso me lembra a Europa do pós-guerra, onde todos (exceto Espanha e Portugal) estavam oficialmente do lado dos vencedores da Segunda Guerra Mundial, quando a interpretação sobre o antifascismo era simplesmente estar do lado vitorioso da guerra. Nesse contexto, houve debates tensos sobre o que significava antifascismo, especialmente porque, em países como a Alemanha ou a Itália, os “comitês antifa” socialistas revolucionários que surgiram durante a guerra, foram fechados pelos novos governos dos Aliados, de regime liberal-democrático. Os movimentos revolucionários que surgiram nas décadas seguintes, incluindo os que deram origem à antifa moderna, desafiaram a interpretação oficial do antifascismo, apontando que ainda havia muitos fascistas na sociedade e argumentando que o capitalismo oferece espaço para o fascismo. Os argumentos desses grupos antifas no pós-Segunda Guerra é que o antifascismo deve ser antcapitalista.

Se nós, como antcapitalistas revolucionários, permitirmos o antifascismo cair no menor denominador comum de ser literalmente “todos aqueles que se opõem ao fascismo”, perderemos essa interpretação socialista, no seu sentido mais amplo, que faz do antifascismo uma oposição enraizada na política hoje e não apenas o fato de qual lado da Segunda Guerra você estava. Então, para deixar bem claro: polícia antifa é uma puta de uma besteira.

5. As táticas antifa se mostraram a forma mais radical de resistência ao governo Trump nos EUA ao governo Bolsonaro no Brasil, trazendo uma herança de práticas radicais e anticapitalistas. Como você vê adesão da esquerda institucional, dentro dos palácios e gabinetes, aos símbolos e discursos antifa?

Bem, eu acho que a criação de um movimento e um sentimento antifascista mais amplo na sociedade é importante. Idealmente, não haveria necessidade de grupos antifa específicos, porque as comunidades expulsariam os fascistas por conta própria. Como as origens do antifascismo militante podem ser encontradas na oposição a grupos fascistas e nazistas de pequeno e médio porte, faz sentido que a resistência deva ser mais ampla e maior para lidar com regimes inteiros ou grandes partidos políticos. Debato esse desafio analisando entrevistas com antifascistas que enfrentam esse impasse em um capítulo do “Manual Antifa”. Mas trabalhar em conjunto ou forjar uma coalizão não significa abandonar sua política.

Esse é sempre um equilíbrio complicado: como trabalhar com aliados que não compartilham toda a sua política sem, no final das contas, realizar a agenda deles e não a sua? De uma perspectiva antiautoritária, podemos ver o que os stalinistas fizeram com os anarquistas espanhóis durante a Guerra Civil Espanhola. Este é um precedente importante a ter em mente, mas se somos fracos demais para derrotar nossos inimigos por conta própria, não podemos simplesmente concordar em ser mártires.

Certamente, devemos criticar a cooptação institucional dos símbolos antifa, especialmente quando usados para se opor a valores centrais, como barrar a extrema direita sem recorrer à polícia ou aos tribunais (o que, obviamente, implica uma postura abolicionista penal). Talvez, em algum momento, os progressistas e moderados possam se tornar mais radicais no processo? Pelo menos nos EUA, parece que, nos últimos anos, muitos liberais, progressistas e socialistas democráticos ficaram muito mais à vontade com os socos na cara dos nazistas e, com certeza, há algo de bom nisso.

6 CRÍTICAS À CRIMINALIZAÇÃO E AO MITO DO “MANIFESTANTE INFILTRADO”

6 de jun de 2020

Uma crescente onda de manifestações tomou as ruas em dezenas de cidades do Brasil nos últimos meses, rompendo o consenso e a hegemonia de manifestantes pró-governo nas ruas. No entanto, reacionários e até setores da esquerda — que decidiram somente agora se juntar a antifascistas, torcidas organizadas e outros movimentos organizando os protestos — estão propagando a velha ideia de que manifestantes que escolhem participar de atos de destruição de propriedade ou que respondem à violência policial devem ser considerados “infiltrados” fazendo o “jogo da direita” e seriam os “verdadeiros responsáveis” pela repressão.

Trazemos aqui 6 críticas relevantes para que movimentos sociais e seus protestos de rua possam se potencializar e se expandir sem criminalizar indivíduos ou táticas específicas que são relevantes para qualquer luta política (esse sim o verdadeiro jogo do Estado e da repressão).



6 Críticas à Criminalização e ao Mito do “Manifestante Infiltrado”

Definir antecipadamente que quem for para “quebra-quebra” ou “confusão” será tratado como “infiltrado” é um erro tático (imediato) e estratégico (de longo prazo) por vários motivos:

1. A violência da legalidade.

Definir o que é legítimo e o que é ilegítimo (aceitável ou não) em um protesto de rua com base nas mesmas definições legais que protegem a propriedade privada e o monopólio do uso da força pelo Estado, apenas reforça discursos que criminalizam quem se rebela ou se defende e reforça que a ideia de que a violência policial pode ser justificável e merecida.

Na prática, entregar para a polícia pessoas que usam táticas diferentes das suas, nada tem de não-violento. Fazer isso é colocar o valor da propriedade privada acima da liberdade e da integridade física das pessoas que podem ser presas e agredidas por meros danos a objetos.

2. Táticas únicas são uma fraqueza para os movimentos.

Escolher uma tática única e se fechar para qualquer outra anula toda possibilidade de entendimento e aplicação da diversidade de táticas, isto é, a colaboração e coordenação de táticas pacíficas e combativas, públicas e anônimas, legais e ilegais nos movimentos sociais que, historicamente, determinaram o sucesso da esmagadora maioria das grandes lutas e revoluções.

3. Especialistas em autopolicamento.

Com o tempo, esse discurso pode estimular o surgimento um policiamento interno dentro dos movimentos, pois uma vez que certas táticas são “proibidas”, é necessário força ou outras formas de reprimir e/ou entregar para a polícia quem não segue a “cartilha única” do movimento. Com o tempo, tal atividade tende a se cristalizar e logo surgirão bate-paus¹, pesso-

1 “Bate-Paus” são, geralmente, seguranças informais de líderes sindicais e candidatos políticos.

as dispostas assumir o papel de polícia do movimento e “especialistas” em aplicar a violência em nome da não-violência.

4. A culpa nunca é de quem se rebela.

Colocar a culpa da violência policial e das arbitrariedades penais nos próprios manifestantes é um ato reacionário. Mesmo que a proposta do ato seja uma marcha sem confronto ou depredação, colaborar com narrativas de que a repressão policial ou prisões ocorrem por culpa de “minorias infiltradas” e “vândalos” é tirar a atenção da violência estatal para jogar nos indivíduos que são alvos dela.

5. Infiltrado é sempre polícia ou fascista (mas normalmente ambos).

Palavras como “infiltrados” são tão vagas quanto “terroristas” e outros termos que o Estado usa para nomear seus inimigos. Assim, não explicita a que se refere exatamente e insinua que quem não concorda em aceitar a violência policial sem reagir, são iguais a P2 (policiais disfarçados) e demais agentes de segurança de fato infiltrados nos movimentos para destruí-los. É preciso não esquecer quem é nosso inimigo e atuar para minimizar a atuação de fascistas e agentes da repressão, não de pessoas comuns que se rebelam contra suas estruturas e sua violência.

6. A uniformidade facilita processos de divisão, enquanto a diversidade das táticas promove flexibilidade e resistência.

Acreditar que supostos “infiltrados querendo depredação” vão desvirtuar, deslegitimar ou rachar o movimento, é dar abertura para que policiais, fascistas e outros inimigos usem esses pontos de discordância sensível para causar discórdia, conflitos internos, criminalização e rupturas de fato no movimento. Se um movimento não é capaz de abrigar diferentes posturas e formas de ação, ele se torna puramente legalista, rígido, intolerante com a diversidade de ações e vulnerável a conflitos internos. Reconhecer que mi-

norias precisam praticar ações vistas como violentas para se defender e até para sobreviver, é uma ato de solidariedade necessário a todo movimento.

A longo prazo, deixar claro que manifestantes de esquerda, antifascistas, anticapitalistas, cometem SIM atos de depredação, autodefesa e contra ataque e que isso TEM SEMPRE LEGITIMIDADE, é muito melhor que condenar quem comete ações radicais como se estivesse “fazendo o jogo do inimigo”. Isso dá força para um movimento não se romper diante da diversidade de frentes e das críticas da mídia, da opinião pública ou das autoridades.

Quem não tem a disposição ou não sente segurança para praticar formas de resistência que atacam estruturas e se defendem de agentes da repressão, pode não se envolver nelas, mas tem o dever de não condená-las e de legitimá-las sempre que for possível. Cair na armadilha de condenar essas pessoas é, na maior parte dos casos, garantir que minorias étnicas, mulheres e não-heterossexuais continuem desempoderadas e sendo as maiores populações carcerárias em todo o mundo.

Imaginem se a revolta em Minneapolis, que se espalhou por todos os Estados Unidos, queimando prédios, viaturas e delegacias, promovendo saques e contra atacando a polícia, fosse pautada apenas pelo que é visto como legítimo aos olhos da lei e do senso comum. Nenhum policial teria sido indiciado² pela morte de George Floyd, a questão racial e de classe não teriam sido levantados com a potência que foi e a polícia, certamente, iria reprimir os protesto da mesma forma, ou com ainda mais violência, uma vez que teriam a certeza de que suas ações não têm consequências legais ou diretas nas ruas.

Nossa liberdade e nossa força coletiva só existem com a diversidade de táticas e a luta contra a criminalização das pessoas que já são alvos do extermínio feito pelo Estado.

***Cuide umas das outras
para sermos um perigo juntas.***

2 Nma perspectiva abolicionista penal, entendemos que existem consequências previstas na lei burguesa para o assassinato, mas ela não é aplicada regularmente contra agentes da lei porque eles precisam ser encorajados pela impunidade para realizar seu trabalho repressivo e assassino.

O FOGO QUE ARDE DESDE A CORDILHEIRA

SOBRE A PERSEGUIÇÃO DE ANARQUISTAS NO CHILE

10 de Agosto de 2020.

Em 24 de julho de 2020, entre o nascer do sol e as primeiras horas do dia, a polícia chilena tenta sufocar mais uma vez o agitado movimento anarquista daquele território. Casas são invadidas, buscas são feitas pela cidade de Santiago e logo as notícias começam a se espalhar: duas pessoas, anarquistas, foram sequestradas pelo Estado e estão sob as mãos dos policiais. Eram Mónica Caballero e Francisco Solar, companheiros acusados de envio de 4 pacotes-bomba. No mesmo dia da prisão, o judiciário decidiu pela prisão preventiva de 6 meses para investigação.

Dois dos pacotes teriam sido deixados em fevereiro de 2020, em um prédio localizado em uma região elitizada de Santiago. Outros dois, mais antigos, teriam sido enviados em julho de 2019, sendo um para a 54ª delegacia de Huechuraba e outro para o escritório onde trabalhava o facínora Rodrigo Hinzpeter, um dos fundadores do partido de direita Renovación Nacional, ligado ao Movimiento de Unión Nacional (partidários da ditadura de Augusto Pinochet). Hinzpeter é bastante conhecido por suas operações de perseguição aos anarquistas. Durante a primeira gestão de Sebastian Piñera na presidência do Chile (2010-2014) ele foi Ministro do Interior entre março de 2010 e fevereiro de 2011, cargo que depois foi transformado em Ministro do Interior e Segurança Pública do Chile. Em seguida, se tornou Ministro da Defesa Nacional do Chile, cargo que ocupou até 2014. Durante esse período, manteve explícita a tentativa de calar os movimentos populares e insurrecionais, as comunidades mapuches em luta, o movimento estudantil radicalizado e, sobretudo, o movimento anarquista.

É um dos responsáveis pelo Caso Bombas, que em 2010 promoveu uma caça aos anarquistas com base em montagens policiais, provas forjadas e espetáculos midiáticos. No caso, uma série de companheiros anarquistas foram presos sob a acusação de terem implantado bombas em bancos e delegacias pela região metropolitana de Santiago. Os presos foram absolvidos e o Caso Bombas se transformou em uma aberração policialesca e até



Mónica Caballero e Francisco Solar

hoje é conhecido como uma das tentativas de criminalização mais grotescas, mas que encontra desdobramentos até o dia de hoje. Tanto é que entre os anarquistas presos naquela época estavam Mónica Caballero e Francisco Solar, companheiros presos mais uma vez pelo Estado chileno, quase 10 anos depois.

Após serem absolvidos no Caso Bombas, os dois partem para a Espanha, onde em novembro de 2013 são alvos de uma nova investigação: um atentado explosivo na Basílica de Pilar, em Zaragoza. São presos novamente junto a outros 3 anarquistas em meio à uma caçada do Estado espanhol aos libertários naquele território, que contou com ao menos 5 operações policiais e encarcerou mais de 40 pessoas e acusou muitas outras, além de dezenas de centros sociais e casas terem sido invadidas pela polícia.

Assim como no Caso Bombas de 2010 e na prisão de ambos na Espanha em 2013, a acusação de agora contra Mónica e Francisco está vinculada à uma montagem policial. Entre as supostas provas mencionadas pelo judiciário estão amostras de DNA “masculino”, que foram apresentadas como provas da participação de Francisco Solar, imagens de câmeras de vigilância de baixa qualidade etc. Reportagens da imprensa chilena mostram que ambos estavam sendo monitorados de perto pela polícia ao menos desde quando foram extraditados pelo Estado espanhol. Policiais a paisana os seguiram por meses, acompanharam suas publicações nas redes sociais, produziram um relatório com informações sobre as pessoas com quem os companheiros se relacionavam, onde trabalhavam etc. Além disso, Francisco foi detido pela polícia em 15 de maio de 2020 durante uma manifestação anticarcerária chamada pela Coordenadora 18 de Outubro sob a alegação de que

ele teria promovido “desordem pública” e, de acordo com as informações difundidas pela imprensa, foi durante esta detenção que seu material de DNA foi recolhido e posteriormente utilizado como suposta “prova” de sua participação no envio das bombas.

Quando dizemos que ambos os casos foram montagem não estamos questionando a existência de tais ataques à propriedade e autoridade. Nos interessa explicitar o modo próprio da atuação policial: espetáculo midiático, invenção de ligações entre os eventos, provas forjadas, invasão de casas e espaços anarquistas. E aqui não nos interessa argumentar que os companheiros são inocentes ou culpados, mas explicitar que jurídico e político não se separam. Utilizar como argumento a inocência frente às acusações é reforçar existência e continuidade do judiciário, do tribunal e do sistema penal, armas utilizadas pelo Estado na guerra social para tentar suprimir toda e qualquer resistência que não se submeta à legalidade, à soberania, ao princípio da autoridade.

Ao retomar esses acontecimentos nos quais os companheiros estiveram envolvidos, não nos interessa, como fazem os jornalistas e policiais, discutir formalidades, legislações, culpabilizações ou vitimizações. Queremos dar um abraço forte, solidário e incendiário, para Mónica e Francisco, que se mantêm firmes mesmo que sequestrados pelo Estado chileno. Demonstramos nossa solidariedade irrestrita com eles. E isso inclui, invariavelmente, respeitar o posicionamento de ambos, que mesmo com todas as perseguições dos últimos anos, se mantiveram com a cabeça erguida, resistindo aos ataques constantes por parte do Estado. Aproveitamos para fazer eco das palavras de Mónica e Francisco, que durante o seu julgamento na Espanha disseram, sem hesitar, em meio a tribunal: “muerte al estado, viva la anarquía”.

CARTA DE MÓNICA CABALLERO:

“Companheirxs, amigxs e familiares:

Novamente lhes escrevo desde uma cela. Me encontro isolada na prisão de San Miguel e durante 14 dias permanecerei isolada por conta do protocolo de prevenção de contágio ao COVID-19, posteriormente me classificarão e me levarão a um módulo definitivo.

Já são quase 10 anos desde a primeira vez que pisei na prisão como acusada. Durante esses anos minha vida, de uma forma ou outra, sempre esteve ligada às prisões, embora os sistemas de controle possam mudar, sua estrutura essencialmente não, se segue buscando o castigo e o arrependimento.

Há quase 10 anos, ao entrar na prisão, estava plenamente convencida de que o conjunto de ideias e práticas antiautoritárias são pontos fundamentais para enfrentar a dominação, em todo esse tempo não existiu nem um só dia em que pensei o contrário. Piso na prisão com a cabeça erguida, orgulhosa do caminho percorrido.

**SOLIDARIEDADE COM TODAS AS LUTAS ANTICAPITALISTAS
NEWEN PEÑIS, PRESOS POLÍTICOS MAPUCHES, PRESOS SUB-
VERSIVOS E DA REVOLTA PARA AS RUAS!**

*Julho de 2020,
Mónica Andrea Caballero Sepúlveda, presa anarquista.”*

O Fogo Não Tem Fim

Os enfrentamentos entre as forças na guerra social não param. Portanto, entendemos a operação para prender Mónica Caballero e Francisco Solar como uma tentativa de silenciar o movimento insurrecional que tomou as ruas de diferentes cidades do território dominado pelo Estado chileno nos últimos meses. O mês de outubro de 2019 foi bastante quente. As imagens de barricadas com fogo, encapuchadxs, enfrentamentos com os carabineiros e derrubadas de estátuas de colonizadores rodaram por várias partes do planeta. Muito se discutiu sobre qual teria sido o estopim para que as ruas fossem tomadas... se haveria sido o aumento na tarifa de transportes, ou o custo de vida, a “corrupção”, a acentuação do neoliberalismo ou se havia sido tudo isso em conjunto. Prontamente jornalistas, cientistas políticos, políticos, celebridades, youtubers e derivados não demoraram para tentar encaixá-la em uma explicação racional, de causa e efeito. O que mais chama a atenção sobre essas análises é que elas, invariavelmente, não levam em conta os enfrentamentos da guerra social que já ocorriam naquele território. Sem dúvida, uma insurreição possui um momento de erupção, assim como um vulcão. Mas mesmo o vulcão é composto por lavas e bolas de fogo

que não param de queimar, ainda que debaixo da terra, ainda que a gente não enxergue.

Durante as manifestações daquele outubro, chegavam imagens e textos exaltando a resistência e coragem daquelas pessoas que decidiram se defender da repressão policial. O termo *primera línea* se tornou viral e prontamente uma identidade adotada por muitas pessoas que acompanhavam de outros cantos do planeta por meio das redes. Entretanto, essa romantização, essa invenção de uma nova identidade escondia anos de repressão, criminalização, espancamentos e delações por parte de organizações de esquerda contra grupos de afinidades anarquistas. A até então chamada *tática black bloc*, as pessoas encapuchadas, expulsas muitas vezes das manifestações estudantis por sindicatos, passou a ser alvo de uma tentativa de amansamento e adestramento.

Ainda que a gente apoie e estimule sem ressalvas todo e qualquer ato de não se silenciar frente à repressão e considere que é preciso ter muita coragem para se enfrentar um carro blindado armado de pedras e garrafas, em nossa perspectiva, a transformação de uma *tática* de defesa e enfrentamento em uma identidade por parte das pessoas que se colocam como solidárias às lutas possibilitou que houvesse um abandono do comprometimento ético com as forças envolvidas na insurreição. A insurreição e os enfrentamentos passaram a ser acompanhados por muita gente que se diz “solidária” como quem assiste a um filme ou a uma série ficcional, na qual não é necessário nenhum envolvimento com a luta. Tanto é que bastou os atos multitudinários deixarem de tomar as ruas e as notas em solidariedade diminuíram, se é que continuaram a existir. Entretanto, é importante ressaltar: muitas pessoas, companheiras, continuam presas e/ou processadas, muitas foram feridas, perderam seus olhos, foram mortas pela polícia. Não dizemos isso como uma forma de apontar o dedo, mas como uma provocação. A solidariedade é mais do que palavra escrita e nada tem a ver com o consumo de imagens, martirização, espetacularização. Quando se fala de uma insurreição, ela não é abstrata. São corpos reais, pessoas combatentes na guerra social, se colocando em risco contra uma vida de miséria. Saudamos sua coragem, mas como solidários, precisamos sempre estar atentos para não sermos tragados pelo elemento espetacular, pela foto de capa, pela reportagem no jornal, pelo vídeo nas redes.

O efeito da insurreição está sendo sentido ainda, ele não acabou. A pandemia de Covid-19 esvaziou à força as ruas e as manifestações multitudinárias desapareceram. Todavia, para nós, é preciso lançar um olhar

insurrecional que conecte as lutas, pois as forças aprendem mutuamente, se fortalecem, se alteram, se enfrentam. Nesse sentido, o fogo nunca cessa. Mesmo que o exercício de governo se atualize, os Estados se armem, as forças moderadas busquem conter a possibilidade insurrecional. Mesmo que a esquerda tente aplicar uma reforma constituinte para substituir a constituição atual promulgada, em grande parte, durante a ditadura de Augusto Pinochet. Mesmo que os Estados tentem lançar mão da lei antiterrorismo contra os movimentos insurrecionais e radicais, contra quem não se submete à lógica do Estado e do capitalismo, sejam nós anarquistas, sejam nossos companheiros das comunidades mapuches que se levantam há séculos por autonomia e liberdade, sobretudo na região patagônica.

Mapuches em Luta

Não temos a pretensão de explicar a cosmovisão mapuche, nem de esgotar todos os casos de resistência e repressão e muito menos pretendemos falar em nome das diversas comunidades em luta. O que queremos, sim, é difundir alguns elementos sobre a singularidade dessa luta, pois só assim é possível que a solidariedade indomável seja mais do que palavra escrita, mais do que um palavrório universalizante que não leva em conta as forças envolvidas. As lutas das comunidades mapuche possuem suas singularidades justamente por serem inseparáveis de seus modos de vida e do vínculo direto com a terra.

A relação com a terra está no próprio significado do nome: em mapudungún (o idioma mapuche, língua da terra) mapu significa terra e che gente, pessoa. E é sobretudo em torno da questão da terra que rondam os levantes das últimas décadas na região conhecida como Wallmapu (totalidade do território mapuche em ambos os lados da cordilheira). De um lado, no território dominado pelo Estado chileno, atualmente as comunidades mapuches se concentram sobretudo nas regiões patagônicas de Bio-Bio e Araucania, zona centro-sul, e são atacadas permanentemente pelas multinacionais, florestais e hidrelétricas, que destroem, pouco a pouco, a natureza da região com a derrubada dos bosques, contaminação das águas e expulsão das comunidades locais. De outro, no “lado argentino” da patagônia, os enfrentamentos se dão também contra o grupo Benetton, que é proprietário oficial de invasões em terras ancestrais mapuches. Como explica o livro Wenüy – por la memória rebelde de Santiago Maldonado, a invasão destas terras em específico tem origens na The Argentinian Southern Land Com-

pany, fundada em Londres em 1889 para realizar atividades comerciais na Patagônia e “em 1986 foi beneficiada com a doação de dez fazendas de quase noventa mil hectares cada uma. Em troca de financiar a Campanha do Deserto, obteve terras estratégicas para o desenvolvimento da ferrovia que lhe serviu para exportar a produção de gados. Em 1982 a empresa traduziu seu nome – Compañia de Tierras del Sud Argentino – e integrou sua direção com 60% de diretores argentinos. Esse pacote acionista foi comprado em 1991 pela Benetton por cinquenta milhões de dólares”.

É nesse contexto de usurpação e invasão das terras ancestrais mapuches que se formam as diferentes táticas de luta. Não há uma uniformidade entre as comunidades, que se dividem entre uma minoria que busca diálogo e acordos com os Estados; outros que reivindicam o reconhecimento dos povos mapuche como uma Nação, o que implica na formação de um Estado plurinacional, como no caso boliviano; e uma vasta gama de grupos que reivindicam sua autonomia total e a retomada das terras ancestrais por meio da ação direta. Estes últimos, ao fazerem valer sua autonomia, há décadas vêm promovendo as chamadas recuperações territoriais em ambos os lados da cordilheira. É por meio dessas recuperações que os laços comunitários e culturais se fortalecem, dos cultos espirituais à alimentação, de brincadeiras e jogos a ensino do mapudungún. Enfim, se trata de um modo de vida que enfrenta diretamente o capitalismo, ao não reconhecer a usurpação de suas terras e o princípio da propriedade privada, e aos Estados, ao reivindicarem e espalharem a autonomia de cada localidade.

Nesse sentido, como afirma um posicionamento de um companheiro mapuche reproduzido no livro “Wenüy...”, “seguimos tendo as piores terras e a qualidade do solo é abismalmente diferente em comparação com as grandes fazendas: têm os melhores pastos, as melhores vertentes, as nascentes dos rios, os riachos. E esse é um dos motivos pelos quais seguimos vivendo em uma situação de extrema pobreza. Assim, obrigam nossa gente a migrar para as cidades, a viver nos bairros periféricos, com uma qualidade de vida pior da que tinham nos campos, passando a ser mão de obra barata e trabalhando por miséria. Por isso temem essa recuperação: porque questiona o estado das coisas”.

Nos últimos anos, os meios anarquistas de outros territórios começaram a dar ênfase à luta dos mapuche sobretudo quando Santiago Maldonado foi assassinado pela gendarmeria em 1 de agosto de 2018 na província de Chubut, na região patagônica ocupada pelo Estado argentino. Como mostra o livro “Wenüy...”, os partidos e organizações de esquerda e de direitos

humanos tentaram apagar que Santiago era anarquista e que foi assassinado enquanto estava encapuchado com companheiros mapuche durante uma barricada pela liberdade de Facundo Jones Huala. Tanto foi que nas manifestações ocorridas nas cidades argentinas primeiro em decorrência de seu desaparecimento e depois pela confirmação de seu assassinato, os anarquistas foram perseguidos pelas organizações de esquerda, e aqueles que usavam capuchas foram acusados de infiltrados.

Os enfrentamentos e os assassinatos de mapuches em luta não são uma questão nova, seja nos territórios hoje conhecidos como Argentina ou Chile. Também não se restringem à governos de direita. Durante os governos de partidos de esquerda, a perseguição não parou. Em 2008, por exemplo, a polícia chilena assassinou a tiros o jovem Matias Catrileo durante uma recuperação territorial na região de Vilcún, em Araucania. No mesmo mês, após ser detido agredido por policiais, o jovem mapuche Johnny Cariqueo morre dias depois no hospital. No ano seguinte, em 12 de agosto de 2009, o comunero mapuche Jaime Mendoza Collío foi morto com tiro nas costas pelas Forças Especiais dos Carabineiros. Na época, o país era governado por Michelle Bachelet, que, ironicamente (ou não), atualmente ocupa o posto do alto comissariado de direitos humanos da Organização das Nações Unidas. Esses são somente alguns dos casos de execuções, torturas, espancamentos, prisões, montagens policiais realizadas contra os povos mapuches.

Manifestação realizada em Curaucautin por diferentes comunidades mapuches em repúdio aos recentes ataques racistas.



O recrudescimento da repressão foi elevado quando o Estado chileno criou o chamado Comando Jungla, força especial treinada na Colômbia durante o governo Bachelet e que somente foi “inaugurada” por Sebastián Piñera em junho de 2018. A justificativa da criação do Comando era o combate à chamada “violência rural” na região de Araucania. Naquele ano, em 14 de novembro, foi responsável pela execução do mapuche Camilo Catrillanca com um tiro na cabeça. Um companheiro de 15 anos que o acompanhava, após presenciar o assassinato, foi levado pelos soldados e torturado. E isso não foi um desvio de conduta. As invasões dos territórios recuperados e das comunidades mapuches por parte das forças especiais da polícia permanece. E obviamente essa repressão começou com Bachelet ou Piñera. A resistência mapuche tem séculos de existência. Contudo, nos últimos anos, tanto o Estado chileno quanto o argentino têm se armado ainda mais para tentar apagar o fogo que sopra desde a cordilheira. Os carabineiros continuam rondando o território ancestral mapuche com blindados, drones, GPS de última geração e armas de grosso calibre.

Frente a isso, a ofensiva não esquece de seus mortos. No contexto das ações em memória do assassinato de Matias Catrileo, um incêndio levou à morte do casal de latifundiários Werner Luchsinger e Vivianne Mackay em janeiro de 2013, na mesma região de Vilcún. Por conta do incêndio, foram realizadas diversas prisões de lutadores mapuches nas cidades de Temuco, Vilcún e na comuna Padre de Las Casas. Dentre os presos estavam a Machi Francisca Linconao e José Cordova, irmão de Celestino Córdova. Ao julgamento, se somou um espetáculo midiático e o judiciário tentou aplicar a lei antiterrorista, mas não conseguiu. Dentre os acusados, Machi Celestino Córdova foi o único considerado culpado e condenado a 18 anos de prisão. Cabe lembrar que Machi é uma denominação utilizada pelos mapuches para se referir à uma autoridade espiritual ancestral, uma pessoa que faz a conexão com o mundo dos espíritos. Logo, a condenação do Machi Celestino Córdova é um ataque explícito às comunidades da região.

Há mais de 3 meses, o Machi Celestino e mais 8 mapuches que estão presos na prisão de Angol iniciaram uma greve de fome contra a repressão ao seu povo. E a greve de fome foi se espalhando. Há mais de um mês, 11 mapuches encarcerados na prisão de Lebu também iniciaram uma greve de fome e, alguns dias depois, 7 mapuches presos na cidade de Temuco também aderiram. Dentre eles, está Facundo Jones Huala, lonko (em mapudungún, cabeça e referência de uma comunidade) preso pelo Estado argentino e deportado e preso em junho de 2017 no território dominado pelo Estado

chileno sob a acusação de ter causado um incêndio na região de Valdivia em 2013. Quando Jones Huala foi preso, uma campanha pela sua liberdade se espalhou pelos dois lados da Patagônia e foi durante um trancamento de uma estrada promovido por comuneros mapuches e apoiadores em Chubut, na região argentina, que a gendarmeria argentina assassinou o anarquista Santiago Maldonado em 1 de agosto de 2017.

Entre as reivindicações da greve de fome está a liberdade dos mapuches encarcerados poderem realizar seus rituais espirituais, o que é permitido, formalmente, pelas as normas judiciais e por tratados internacionais, como o caso do Convênio 169 sobre povos indígenas e tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado em 1989. O documento afirma, nos parágrafos 9 e 10: “1- Desde que sejam compatíveis com o sistema jurídico nacional e com direitos humanos internacionalmente reconhecidos, os métodos tradicionalmente adotados por esses povos para lidar com delitos cometidos por seus membros deverão ser respeitados. 2- Os costumes desses povos, sobre matérias penais, deverão ser levados em consideração pelas autoridades e tribunais no processo de julgarem esses casos” ; “1- No processo de impor sanções penais previstas na legislação geral a membros desses povos, suas características econômicas, sociais e culturais deverão ser levadas em consideração. 2- Deverá ser dada preferência a outros métodos de punição que não o encarceramento”.

Obviamente que não estamos aqui defendendo tratados internacionais, nem a própria Organização Internacional do Trabalho, composta por representantes de Estados-nações e que faz funcionar o capitalismo a partir de suas “recomendações” e “regulamentações”. Contudo, é importante compreender que para perseguir aqueles que lutam , que vivem outro modo de vida, uma outra maneira de se relacionar com a terra, os Estados rasgam tratados muitas vezes assinados por eles mesmos. Isso mostra mais uma vez a seletividade presente no sistema penal e que é inerente a todo e qualquer exercício de governo. Os “direitos”, teoricamente universais, são desconsiderados rapidamente na tentativa de conter as práticas indomáveis. E como afirmou a companheira mapuche Giovanna Tafilo, uma das porta-vozes dos presos em greve de fome, em uma entrevista ao canal Nuestra Dignidad, a perspectiva, ao lançar mão dessa Convenção, é justamente a de explicitar que não apenas aqueles que estão em greve de fome devem ser liberados, mas que as prisões deveriam deixar de existir.

A situação da greve de fome dos mapuches presos explicita mais ainda que a prática de Estado é uma prática de morte dos povos originários e uma

tentativa de aniquilação de seus modos de vida. Machi Celestino, junto aos demais companheiros, está há 99 dias em greve de fome (sem ingerir alimentos) e caso as reivindicações não sejam atendidas, anunciou que entrará novamente em greve seca (sem ingestão de líquidos) nos próximos dias. De acordo aos costumes mapuches, ele, por ser uma autoridade espiritual, não pode ter seu sangue retirado e isso vem sendo desrespeitado pelo Estado chileno e, portanto, seus companheiros precisam estar sempre alertas para impedir que isso ocorra. Ele também se pronunciou exigindo que caso sua situação piore, que não seja submetido à alimentação e hidratação forçada e, no limite, se tiver uma parada cardio-respiratória, que seu corpo não seja reanimado. Todavia, o Estado chileno já deu mostras de que pode desrespeitar essa decisão pessoal de Machi, pois, conforme publicizado por mapuches que acompanham de perto a luta, os médicos do hospital de custódia já deixaram preparados máquinas de reanimação para impedir que ele morra.

Simultaneamente, diversas ações foram e estão sendo realizadas. Na primeira semana de agosto, mapuches ocuparam as prefeituras de Victoria, Curacautín, Ercilla e Traiguén, todas na região de Araucanía, em solidariedade aos 27 presos em greve de fome. Durante a ocupação, grupos de extrema-direita cercaram as ocupações, agrediram os mapuches e tentaram incendiar os prédios. A situação mais grave se deu no município de Curacautín. Os ataques racistas foram acompanhados pela gendarmeria, que não interveio, numa explícita cumplicidade com a tentativa de matar os mapuches que ali estavam. Vários grupos de extrema-direita estavam envolvidos, como a Associação para a Paz e a Reconciliação em Araucania (APRA), composto por latifundiários e empresários da região. Em resposta, dias depois 100 mapuches ocuparam a prefeitura de Tirúa e foram prontamente atacados pela gendarmeria. Mas a luta não tem fim, o fogo não se apaga. Dias depois, 17 caminhões e duas retroescavadeiras foram incendiados e destruídos em uma fábrica na região. Os enfrentamentos continuam enquanto escrevemos estas linhas e as notícias que nos chegam dizem ter mais de 50 pessoas detidas e outros tantos feridos.

Enfim, sabemos que nesses processos nunca se tratou da participação real dos anarquistas nos ataques à bomba ou dos mapuches em incêndios e demais ações. Sabemos que tais processos não são mais do que uma tentativa desesperada do Estado de disseminar uma ideia de que haveria uma luta boazinha e outra condenável, uma palatável e a outra intragável, pois insurrecta, indomável. Se tratou (e se trata) de um uso estratégico e permanente que todo Estado faz dos eventos na tentativa de silenciar as práti-

cas insurrecionais. Além de processar e encarcerar, mata e desaparece com companheiras e companheiros. Mata, como fez o Estado chileno com a anarquista Claudia Lopez, assassinada a tiros por carabineiros durante uma barricada no dia 11 de setembro de 1998 e tantos outros e com os mapuches Camilo Catrillanca, Matías Catrileo, Alex Lemún, Macarena Valdés, Rafael Nahuel e tantos outros até o dia de hoje. Desaparece, como fez com Jose Huenante, considerado um dos primeiros desaparecidos da democracia chilena pós-ditadura de Augusto Pinochet. Mata, como fizeram os Estados chileno e argentino, em 2018 quando assassinaram Santiago Maldonado. Encarcera, como faz com Facundo Jones Huala e com os presos subversivos Marcelo Villaruel Sepúlveda, Juan Aliste Vega, Mónica Caballero, Francisco Solar, entre muitos outros.

O fogo não tem fim. Sua chama pode diminuir, mas continua a arder, eternamente. A tudo queima. Consome as certezas, os acordos, as pacificações. Suas fagulhas voam como estrelas cadente iluminando a escuridão da noite. Frente ao silêncio paralisador das majorias, submissas à ordem, aos tribunais e à legalidade democrática, os pequeninos estalos produzidos pelas brasas se tornam ensurdecedores. E não há Estados, deuses ou mestres que as apaguem.

*Nem um minuto de silêncio, toda uma vida de combate!
Mano tendida a los compañeros, puño cerrado al enemigo!
Solidariedade irrestrita à Mónica Caballero, Francisco Solar, às comunidades
mapuches em luta e os demais presxs da guerra social!*

WALLMAPU LIBRE!

Abaixo a sociedade carcerária!

Pelo fim do medo,

Liberdade!

CARTAS DE PRESOS ANAR- QUISTAS EM SOLIDARIE- DADE A MÓNICA CABAL- LERO E FRANCISCO SOLAR

14 de agosto de 2020.

A solidariedade não reconhece fronteiras. Atravessa montanhas, matas, rios, oceanos. Encurta distâncias, aproxima corações incendiários, perfura muros, serra grades, destrói cercas. Hoje, dia 14 de agosto, se marca o dia internacional de agitação e propaganda com anarquistas presxs.

Publicamos essa semana um artigo contextualizando a prisão de Mónica e Francisco num quadro maior de repressão a anarquistas, ao povo Mapuche e toda a dissidência política no Chile. Recomendamos, também, o vídeo do coletivo Antimídia sobre a prisão de nossos companheiros³.

Para somar nessa campanha, traduzimos 3 cartas dos companheiros libertários Joaquín García Chancks, Marcelo Villaroel Sepúlveda e Juan Aliste Vega, que vêm sendo mantidos encarcerados pelo Estado chileno. Chancks foi condenado a 10 anos de prisão por sua suposta participação em uma explosão na Escola de Gendarmería de San Bernardo e outra na Delegacia de San Miguel em 2015. Marcelo e Juan foram sentenciados com 14 e 42 anos de prisão pela suposta participação em expropriações bancárias e pela morte de um policial durante uma fuga em outubro de 2007, no que ficou conhecido midiaticamente como Caso Security.

Um abraço forte e solidário à Mónica, Francisco, Joaquín, Marcelo e Juan.

LIBERDADE!

3 ver: <https://antimidia.noblogs.org/morte-ao-estado-liberdade-a-monica-caballero-e-francisco-solar/>

Carta de Joaquín García Chancks

Parece que a Negação não alcança nenhuma Verdade, Razão ou Lógica imóvel, que da luta contra a falsidade do existente só resulta um caminho semeado de dúvidas, no que o presente e o devir se borram, com uma tinta difusa, uma densa neblina na qual sempre será uma tarefa navegar, mas existe algo que traz novamente a claridade a esta trilha; é a bússola da confrontação que se apresenta como a razão consequente com a noção inseparável de uma simbiose teórico-prática, o ponto de vista de uma existência as vezes errante.

A dinâmica do combate sacode a existência para trazê-la de volta à vida, dotando-a da Fogosidade que o cansaço e a monotonia muitas vezes extingue; a construção de um existência antagonista carrega, então, a capacidade de viver longe da virtualidade imposta pela vida normalmente ditada, o golpe a golpe do ataque agradável, impulsor da mítica destruição criadora e o sofrimento de quando não somos quem golpeia, da prisão, a morte, que flerta com a subversão, são os sabores da vida, vida real, bebidas amargas e ambrosia.

Hoje bebemos desta bebida amarga; dois afetuosxs companheirxs são detidxs e acusadx pela colocação de múltiplos artefatos explosivos, entre eles o enviado ao ex-Ministro do Interior Rodrigo Hinzpeter e um enviado à 54ª delegacia de Huechuraba. Inevegável que ambos belos ataques falam da continuidade histórica, do golpe da memória que não esquece. O poder transtornado e temeroso.

Festina, com a detenção dxs supostxs responsáveis, que recorde, a revolta não foi o ponto de culminante de um êxtase rebelde, é a criação, o ponto de inflexão de centenas de vidas em combate.

Um grande abraço à distância, cheio de amor, carinho e força para vocês, Mónica Caballero e Francisco Solar.

Viva a anarquia.

*Joaquín García Chancks
Carcel de Alta Seguridad Chile,
14 de agosto de 2020.*



Carta de Juan Aliste Vega

Há pouco menos de um mês da detenção de nossxs companheirxs Mónica e Francisco pelas mãos do aparato policial de Estado, Guardas do poder e defensores dos interesses da casta burguesa política deste território.

Mónica e Francisco em prisão e reféns deste Estado capitalista que xs julga e sentencia desde o primeiro instante em que midiaticamente a administração fascista instala sua maquinaria jurídica servil em suas consequências vidas.

São companheirxs que têm posição de caminhar livres e com férteis convicções. Abraço elxs com incondicional força e ternura, com o coração repleto de cumplicidade.

Como inimigo deste Estado, levantando a escrita pela bela insistência de reconhecermos na palavra transformada em ato e o pensar em ação subversiva. Juntxs no abraço de guerra que transcende muros e fronteiras, batida incansável que flui pela eliminação de toda forma de submissão.

E o combate diário frente a qualquer forma de poder. É a anarquia presente kom oxigênio libertário que não deixa de bombear, desde os negros corações, mais razões nesta luta contínua.

A prisão não é alheia a este caminhar, nossas vidas não são mensuráveis em custos, há aprendizado constante, há a decisão inquebrável de confron-

tação e ação direta, indicador tangível de que é possível não somente batalhar, mas também ser livres.

Juntxs no abraço de guerra que transcende muros e fronteiras nessa luta contínua.

Caminhando com dignidade rebelde e olhar subversivo, dentro e fora da prisão até a liberação total!

Enquanto houver miséria, haverá rebelião!!

*Juan Aliste Vega,
Prisionero subversivo
Cárcel de Alta Seguridad Chile,
14 de agosto de 2020.*

Carta de Marcelo Villaroel Sepúlveda

É nossa a konvicção!!

Indestrutíveis nossos desejos e infinitos os motivos e razões para seguir, nesta guerra, pela morte do estado, da prisão e do kapital.

Há 21 dias a notícia nos akordou batendo em nossas karas. Foram presxs Mónica e Francisco. Desta vez akusadx de serem autorxs de diversos ataques explosivos em Santiago no último ano. Klaramente a ofensiva permanente do Estado por meio de seus aparatos repressivos, sua estrutura jurídica penitenciária e sua imprensa servil e empresarial desenha a caricatura sobre nossxs irmãxs komo xs culpadx perfeitxs para quem se espera todo o rigor da lei dominante.

A decisão do poder é o kastigo exemplar para servir de lição e de fase preliminar à resistência ofensiva komo prática insurrecional de ataque ao existente. Nossxs companheirxs hoje enfrentam uma dura luta. O poder, em bloco, fazendo uso de suas ferramentas, adianta duras condenações.

Nossas palavras nascidas de uma longa resistência à estadia forçada na prisão buscam assinalar certezas e konvicções. Uma delas é a justeza de nossa ação rebelde e insurreta. Outra é que a luta pela destruição da sociedade carcerária é uma necessidade imperativa. De urgência vital nestes tempos de controle, repressão e morte.

O inimigo espalhado por todo o território atua com todos os capangas na rua, e nesta confrontação inevitável hoje nossxs kompanheirxs aparecem como destinatárixs inevitáveis de todo o peso da lei enquanto passam a formar parte deste contingente de kompanheirxs, que navegamos nesta

paisagem sombria da prisão em um contexto de permanente e interminável konfliktividade.

A guerra social se torna comum e necessária por meio da legitimidade da violência multiforme como prática liberadora de rebelião, mas também vai parindo presxs, fugitivxs, fugidxs e mortxs. Esta é a realidade do konflito.

O que não podemos nunca esquecer: virão mais e mais kompas perseguixds, kaídxs, fugidxs, mas, do mesmo modo, haverão companheirxs passando para a ofensiva, dando continuidade à esta luta pela liberdade, pela terra, kontra o kapital e tudo o que nos impede de viver.

Desta cela, onde meus pensamentos voam até as que habitam hoje, abraço xs kompanheirxs neste novo trajeto morro acima que seguramente sabermos seguir.

Mónika e Francisco e todxs x presxs da guerra social, da Revolta e da liberação mapuche para a rua!

Enquanto existir miséria, haverá rebelião!!

Marcelo Villaroel Sepúlveda

Prisioneiro libertário

Carcel de Alta Seguridad Chile,

14 de agosto de 2020.

LULA SÓ FEZ AUTOCRÍTICA ONDE ESTAVA CERTO

COMENTÁRIOS À DECLARAÇÃO DE LULA SOBRE CESARE BATTISTI

25 de ago de 2020

Na última quinta-feira (20 de agosto de 2020), o ex-presidente Lula pediu desculpa ao que ele chamou de “esquerda italiana” por ter dado asilo político, em 2010, ao ex-militante da luta armada (ou como a mídia gosta dizer “terrorista”) Cesare Battisti. Já faz um tempo, diante do desastre que levou 13 anos do governo petista e seu suposto progressismo a eleição e consolidação de um neo-fascista na presidência, que muitas pessoas pedem ao seu líder, Lula da Silva, para que ele fizesse uma autocrítica sobre os muitos erros do Partido dos Trabalhadores. Ainda que não resolvesse muita coisa, infelizmente Lula não se desculpou e nem reconheceu nenhum tipo de problema sobre Belo Monte, sobre a missão militar no Haiti, sobre o aumento brutal e progressivo de pessoas encarceradas, nem sobre a política de “campeões nacionais” onde grandes empresas eram estimuladas com dinheiro público em mega esquemas de corrupção sistemática. Porém, ele pediu desculpas sobre Cesare Battisti.

Gostaríamos de deixar muito claro que a pergunta histórica e política sobre a questão não seria “Battisti é ou não é inocente?”. A pergunta fundamental aqui é: “Battisti foi e continua a ser um perseguido político?”.

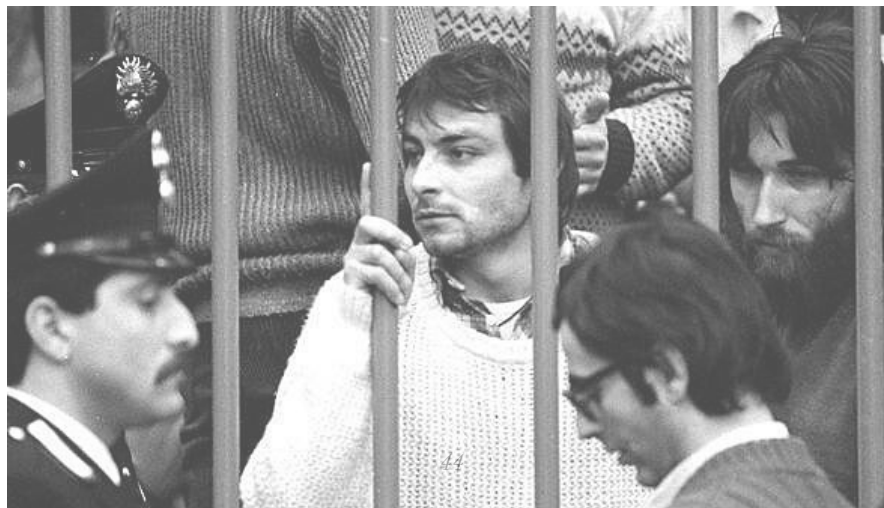
Na Itália contemporânea Battisti é o símbolo da vingança do Estado dos anos de 1970, os chamados “Anos de Chumbo”. O problema tem raízes históricas: o Estado italiano sempre considerou os “Anni di Piombo” como um assunto referente a “extremismos opostos” (fascistas de um lado e comunistas de outro) utilizando de “terrorismo”. Nisso foi de fundamental importância o colaboracionismo do PCI (Partido Comunista Italiano), no âmbito da sua política de “compromisso histórico”, onde o PCI em acordo com Partido Democrata Cristão (DC) estabeleceram uma coalizão parlamentar e chegaram a negociar, sem sucesso, uma parceria de governo. Na verdade, porém, os anos setenta foram uma época de grandes conquistas populares na Itália, de avanços da luta de classe e também de “guerra civil”. Mais

ainda, foi um período, sobretudo no seu ápice em 1977, onde realizou-se a maior e talvez única, porem sui generis, tentativa revolucionária em um país europeu depois de 1945.

Quando falamos aqui de “guerra civil” entendemos em primeiro lugar a chamada “estratégia da tensão”, que foi utilizada entre 1969 e 1984 para parar a radicalização das lutas estudantis (que eclodiu em 1968) e operária (com o chamado “outono quente” de 1969 nas grandes fábricas do norte). O Estado italiano, através dos serviços secretos e dos seus braços armados, membros de organizações fascistas paramilitares, explodiram muitas bombas em lugares públicos: em feiras comerciais (Milão, 25 de abril de 1969), em bancos (Milão, 12 de dezembro de 1969, 17 mortos), em trens e estações ferroviárias (vários locais em 9 de agosto de 1968; Gioia Tauro, 22 de julho de 1970, seis mortos; trem Italicus, 4 de agosto de 1974, 12 mortos; Bolonha, 2 de agosto de 1980, 85 mortos, trem Rapido 904, 23 de dezembro de 1984, 17 mortos), em manifestações cívicas (Milão, 17 de maio de 1973, quatro mortos) e protestos sindicais (Brescia, 28 de maio de 1974, oito mortos). O objetivo dessas bombas era, por um lado, a perseguição de grupos de esquerda e anarquistas com as acusações de sua autoria, que logo foram reveladas sem fundamento, mas sobretudo tratava-se também de uma tentativa de gerar medo no meio de uma população em forte convulsão social.

Entre as décadas de 1960 e 1970 houve também pelo menos duas tentativas claras de golpe de Estado militar (o chamado “Piano Solo” em 1964 e o chamado “Golpe Borghese” em 1970). Diferente da maioria dos países europeus, que depois de 1968 tiveram uma grande derrota das forças revolucionárias, os movimentos sociais italianos tiveram uma década

Cesare Battisti preso em 1981.



de crescimento, formidável em intensidade e radicalidade, e também conquistas de direitos sociais. Muitos foram os assassinatos políticos naquele período, muitos os mortos em manifestações de ruas, incontáveis os casos de ocupações prolongadas de escolas, universidades e fábricas, vários conflitos armados entre manifestantes e policiais, sobretudo em 1977 quando em Bolonha houve uma verdadeira insurreição derrotada pela chegada de tanques convocados pelo prefeito “comunista” e em Roma durante uma manifestação aconteceu a tomada de arsenal militar. Depois da derrota do movimento de 1977, muitas vanguardas políticas adentraram a luta armada para radicalizar o ataque ao Estado. Naquele âmbito, já operavam desde 1969 as Brigadas Vermelhas, que em 1978 sequestraram e assassinaram o ex-Primeiro Ministro e líder do partido de governo Democracia Cristã Aldo Moro. Mesmo que a maioria dos militantes revolucionários rechaçasse a prática da luta armada e da clandestinidade continuando no terreno da luta de massas, a rede de organizações armadas na época era muito grande, inclusive há a hipótese que as Brigadas Vermelhas pudessem contar em seu momento de ápice com cerca de 500 mil simpatizantes e possível colaboradores.

Para enfrentar um desafio revolucionário desse tamanho, o Estado italiano operou em duas maneiras: em primeiro lugar, desencadeou uma repressão feroz contra milhares de militantes revolucionários sendo muitos dos quais nunca aderiram à luta armada e passaram anos na cadeia acusados de terrorismo, usando métodos de tortura e de delação premiada (algo que o ex-presidente do Brasil deveria conhecer muito bem, não é mesmo Lula?!); em segundo lugar, fizeram cientificamente circular, por meio da colaboração das máfias e dos fascistas, heroína para ferrar com a juventude revolucionária, o chamado movimento da Autonomia Operária na Itália foi o segundo experimento do uso repressivo de massa com essa droga, depois dos Panteras Negras nos EUA. Por último, o Estado ganhou graças a colaboração do Partido Comunista, que sobretudo já desde o final de 1940 pela política stalinista de preservação da ordem da Guerra Fria, mas mais ainda desde os anos 1970 (com o “Eurocomunismo” e o já citado “compromisso histórico”) passou de partido revolucionário a ser um partido gestor da classe operária e dos movimentos sociais (ao leitores, isso lembra também algum partido brasileiro?). Tudo isso não só favoreceu, mas também impulsionou as ações repressivas.

Que o Estado tenha sido o grande vencedor da “guerra civil” italiana dos anos 70 não resta dúvida nenhuma, mas o verdadeiro tamanho dessa vitória é justamente o fato do Estado querer negar que essa própria guerra

aconteceu. Hoje em dia, por um estranho caso do destino, é isso que está em jogo na “questão Battisti”: o Battisti, para além dos méritos pessoais específicos, representa a verdade histórica dessa guerra invertida. A representa sobretudo pelo fato de ter recebido o asilo político, primeiro na França e depois no Brasil. Não por ser “inocente” ou “culpado” perante os dispositivos jurídicos, mas por ser reconhecido como um “perseguido político”, Battisti evidencia ainda mais a sujeira do Estado italiano que por décadas, sem nunca deixar de ser uma democracia formal e tendo que aceitar importantes conquistas sociais pelo força dos movimentos, enfrentou a ameaça revolucionária com bombas, atentados, assassinatos e tortura.

Battisti nos anos 70 foi um jovem proletário preso por roubo que se “politicizou” na prisão. Depois de sair da cadeia, militou um breve período da sua vida no pequeno grupo guerrilheiro PAC (Proletari Armati per il Comunismo), que foi formado em 1977 no interior do movimento da Autonomia Operária. A prática mais frequente de ação dos PAC foi o roubo (chamado por eles de “expropriação proletária”), porém o grupo também reivindicou quatro homicídios como ações políticas: de um marechal dos Carabinieri (uma espécie de polícia militar italiana) do presídio de Udine em 1978, de dois comerciantes responsáveis pela morte de assaltantes por “legítima defesa” e executando ambos em 16 de fevereiro de 1979, e de um policial em abril de 1979. Battisti foi preso em junho daquele ano por posse ilegal de armas e associação subversiva, sendo condenado a 12 anos de prisão inicialmente. Escapou da cadeia em 1981 e refugiou-se primeiro na França e logo depois no México, onde morou como foragido até voltar para a França em 1990 protegido pela chamada “Doutrina Mitterand”, política estabelecida pelo presidente François Mitterand que consistia em não extraditar aqueles italianos em solo francês que tivessem rompido com seu passado violento e cujo amplo direito de defesa não estivesse garantido. Ao longo dos anos 1980, Pietro Mutti, ex-dirigente da organização preso, resolveu colaborar com a justiça graças aos mecanismos de delação premiada e acusou Cesare como executor ou organizador de todos os quatro homicídios feito pelos PAC. Battisti era o bode expiatório perfeito, estava foragido em Puerto Escondido, no México. Foi assim que de um simples militante de base dos PAC, terminou condenado a prisão perpetua, acusado de todas as ações delitivas feitas por uma organização de não menos de 60 militantes, sendo que duas acusações foram feitas posteriormente quando o caso foi reaberto 10 anos depois.

Como se sabe, depois da vergonhosa operação Bolsonaro-Morales-Salvini de janeiro do ano passado, o sequestro da Interpol e a volta para a Itália,

Battisti admitiu todas as culpas pelas quais foi condenado, mas ele admitiu em um contexto em que a derrota (pelo menos a dele e a dos anos 70) era mais que definitiva, quando ele sabia perfeitamente que ia morrer na cadeia, que os poucos que ainda o defendiam depois de 30 anos de terrorismo midiático estatal não tinham mais nenhuma presença no debate público. Nossa hipótese é que com a sua confissão tentou reduzir um pouco a dureza da pena, tentando assim conseguir certa indulgência por parte do Estado. O que certamente não aconteceu (aqui você pode ler uma carta recente onde denuncia as condições ilegais em que é detido e aqui mais uma reflexão sobre a sua confissão).

Podemos nos perguntar: por qual razão foi tão importante para o Estado italiano não só prender Battisti (que, lembremos, já passou muitos anos da sua pena em prisões na Itália, França e Brasil), mas organizar uma operação internacional e midiática desse nível, violando os mais básicos direitos legais? Como por exemplo, que Battisti foi preso na Bolívia e voou direto para a Itália, caso fosse extraditado do Brasil não poderia ser condenado a prisão perpétua pois o país não tem essa medida no seu ordenamento legal e também sendo negado a ele a permissão de falar com seu filho brasileiro de cinco anos por skype.

Concluimos, no final das contas, que o Estado quis se vingar de Battisti por três razões: 1) porque ele chegou a representar um símbolo, mesmo sem querer, de uma página da história italiana que de acordo com os órgãos oficiais deveria ser esquecida ou cancelada, alimentando continuamente o mito de que ele seria um “monstro” e “terrorista”, completamente alheio de qualquer conexão com a problemática social do seu tempo; 2) porque Battisti conseguiu burlar a máquina repressiva jurídico-estatal por quase 40 anos e chegou até a ter celebridade como um brilhante escritor; 3) porque o simples fato de que tanto a França como o Brasil tivessem reconhecido seu direito a proteção humanitária, foi visto pelo Estado italiano, como a prova de que a luta armada era reconhecida como expressão de uma guerra civil em ato e não como simples terrorismo delinquente (como vimos, o terrorismo naqueles anos, foi do Estado e pelo Estado).

Essa foi a importância do justo ato de Lula em conceder asilo político em 2010 para Cesare Battisti, não por considerar que ele era inocente, mas reconhecer que ele era perseguido politicamente por um país onde sempre formalmente reinou a democracia.

É na extrema importância daquele ato que pode se ver a miséria atual de Lula e suas palavras.

ROJAVA: ENTREVISTA COM TEKOŞÎNA ANARŞÎST

23 de Setembro de 2020.

Em setembro de 2019, logo após o anúncio da invasão turca no norte da Síria em mais um ataque ao povo Curdo e a revolução em Rojava, enviamos entrevistas para grupos internacionalistas atuando por lá junto à revolução, com perguntas semelhantes sobre seu envolvimento no cotidiano do processo revolucionário. Em outubro publicamos uma inspiradora entrevista com a Comuna Internacionalistas de Rojava⁴. Infelizmente, pelos óbvios obstáculos que uma guerra impõe, o coletivo Tekoşîna Anarşîst (Luta Anarquista/TA) não pode responder na época e precisamos esperar um melhor momento para retomar a proposta. Enquanto isso, traduzimos e lançamos uma excelente entrevista feita pela Federação Anarquista Uruguiaia em julho de 2020.

Agora, em agosto de 2020, retomamos contato e, felizmente, nossos camaradas puderam ceder um pouco do seu tempo para responder sobre a atual situação dos povos e da revolução em Rojava sob invasão da Turquia de Erdoğan, especialmente no contexto da pandemia da Covid-19. Também abordamos a relação do coletivo com o anarquismo, a revolução em andamento e a luta dos povos no Norte da Síria mas em todo o mundo.

Esperamos seguir trocando e aprendendo com os desafios desse processo revolucionário, com suas grandes conquistas, desafios e contradições. Nos interessa, principalmente, compreender que papéis anarquistas podem desempenhar nesse processo, o que da prática e da teoria anarquista se materializam, contribuem ou mesmo se chocam com a realidade concreta de uma revolução no século XXI.

4 Ver: <https://faccasficticia.noblogs.org/post/2020/09/23/entrevista-exclusiva-tekosina-anarsist-anarquismo-e-a-luta-pela-vida-no-norte-da-siria/>

1. O que é e como vocês definem o trabalho da Tekošîna Anarşîst? Onde vocês operam e como se dá a relação com as comunidades no território sírio?

Tekoşîna Anarşîst é um coletivo anarquista revolucionário composto de pessoas de diferentes partes do mundo que trabalham no Nordeste da Síria (Curdistão Ocidental) para apoiar a revolução em curso. O que nos conecta não é necessariamente um lugar ou uma região, nem uma prática particular. É mais nossa estratégia de longo prazo, formas de organização, métodos e compromisso para refletir sobre nós mesmos e nossa organização através do aprendizado constante – em outras palavras, nossa perspectiva. Viemos para o Nordeste da Síria inspirados pela revolução iniciada pelo movimento de libertação curdo, para colocar em prática nossas ideias e nosso compromisso de construir autonomia, de construir uma vida livre em uma sociedade sem Estado. Acreditamos que a luta do povo e, especialmente, das mulheres são a principal força para as mudanças revolucionárias, e o que está acontecendo aqui é algo com que anarquistas e outras revolucionárias de todo o mundo podem aprender muito. E que melhor maneira de aprender do que dividir o pão com o povo local e ficar ombro a ombro com eles quando se trata dos desafios que uma revolução traz? Seja pelas difíceis contradições que a sociedade enfrenta ao passar por grandes mudanças, seja pela luta armada contra os inimigos que tentam destruí-la, decidimos ficar aqui e defender a revolução. Tekošîna Anarşîst não é um grande movimento – ao contrário, é uma gota no oceano da organização da população local.

No entanto, trabalhamos em diferentes áreas de atuação e nosso trabalho é dentro ou coordenado com as estruturas locais. Pode ser trabalho militar, médico de combate, saúde, diferentes formas de organização civil e, o mais importante, educação. Isso é algo fundamental que realmente falta, especialmente no Ocidente – ir mais fundo, aprender, progredir, compartilhar, ouvir, superar o ego, construir narrativas coletivas, redefinir termos e conceitos em um nível mais amplo de “sociedade”, não apenas individualmente em nossas cabeças. Para buscar pontos de conexão em vez de separação. A relação com as estruturas e pessoas locais é fundamental e em muitos níveis a nossa sobrevivência depende disso. Procuramos construir e manter boas ligações com diferentes grupos e organizações locais, com os quais aprendemos muito nesta sociedade repleta de diversidade. Queremos também ampliar essa diversidade, e nosso trabalho inclui criar um lugar na revolução para pessoas que talvez não se encaixem em outro lugar.



Combatentes levam bandeiras anarquistas no funeral de Lorenzo Orsetti membro italiano da TA que caiu em Baghuz Fawqani durante o último ataque contra as forças restantes do Daesh no rio Tigre. Maio de 2019.

Camaradas trans e não-conformes de gênero não são bem compreendidas por muitas estruturas aqui, e a sociedade tem relações de gênero muito particulares. Devemos, com cuidado e respeito, criar um lugar para que todos os tipos de camaradas se juntem à luta e também sejamos nós mesmas de uma forma revolucionária. Temos uma grande variedade de identidades de gênero em nossas fileiras e, mesmo que isso traga algumas situações desafiadoras, buscamos nos manter nessa linha, abrindo espaço para pessoas que têm experiências fora da classe privilegiada do patriarcado – ou seja, queremos convidar especialmente mulheres, camaradas trans e queer para trabalhar conosco.

2. Vimos que vocês estavam muito envolvidos não apenas no combate em si, mas também no apoio e logística, como quando alguns de vocês estavam trabalhando com a ambulância resgatando pessoas no fronte. Quais são as principais formas de ação que vocês realizam e quais são elas?

No início, a Tekoşîna Anarşîst era principalmente uma estrutura militar para defender a revolução contra os ataques do Estado Islâmico, sempre com o objetivo de apoiar os movimentos locais e a população local. Percebe-

mos a necessidade de apoiar as equipes médicas das forças militares e começamos a nos envolver nessa frente. Trabalhamos como médicos de combate em diferentes operações e linhas de frente, desde o fim do califado do Daesh em Deir Ezzor, até a resistência contra a invasão turca nas linhas de frente de Serekaniye e Til Tamer. No na área médica, há uma ampla gama de trabalhos que muitas vezes pode mudar da medicina de combate a pontos de triagem, transporte ou trabalho em hospitais. Diferentes pessoas ou grupos trabalham em várias áreas e muitas vezes a necessidade de mudar de uma tática para outra não é uma escolha, mas uma necessidade de acordo com a situação. Portanto, tentamos treinar de uma forma que nos permita ser flexíveis no modo como atuamos. Alguns de nós já tinham formação médica, mas aqueles que não, receberam educação aqui dos companheiros. A maior parte disso foi construída do zero, impulsionada pela necessidade e urgência da guerra, e todos podem ter que assumir um trabalho que não sabiam fazer antes – para se defender, defender seus companheiros e as pessoas. Quando camaradas falam em legítima defesa não se referem apenas a lutar com uma arma, porque lutamos pela vida, para defender e sustentar a vida.

Nossas equipes definitivamente não foram as primeiras nem as únicas atuando como médicos de combate no Nordeste da Síria, mas especialmente no início, isso era bastante raro. Quando olhamos para trás, vemos que havia três objetivos neste trabalho. Primeiro, para ser capaz de fazer este trabalho, de aprender e estar pronta sempre que necessário, para ganhar confiança através do nosso trabalho e fornecer ajuda aos camaradas feridos o mais rapidamente possível. Em segundo lugar, cooperar com as forças locais de uma maneira que mostre através da prática que este é um trabalho muito importante, pressionando para desenvolvermos este papel dentro das fileiras da SDF (Forças Democráticas da Síria). E terceiro, para ver como podemos compartilhar conhecimentos e habilidades com alguns camaradas interessadas, para multiplicar o número de pessoas engajadas nessa atividade, organizando treinamentos com outros grupos para fornecer mais ajuda nas linhas de frente. Vimos que não basta ser um grupo de médicos de combate, cada pessoa deve ser capaz de ajudar seus companheiros se eles estiverem feridos e também de tratar a si mesmo. Temos treinado a nós mesmas e a companheiros de outras estruturas revolucionárias internacionalistas e, recentemente, pela primeira vez, demos uma educação de primeiros socorros às forças do SDF, o que foi um passo muito importante e também uma experiência agradável. Aqui todos são alunos e professores ao mesmo tempo, o que aprendemos passamos uns aos outros.

3. Vocês podem fazer uma breve atualização sobre a situação em Rojava após a invasão turca e seus aliados jihadistas e agora com a pandemia do coronavírus? Como esse novo fator afeta a luta e o cotidiano revolucionário? Existe um programa coordenado a esse respeito? Como o governo turco está se aproveitando dessa situação para entrar em ofensiva?

A ocupação turca, de Afrin em 2018 e sua continuação em outubro de 2019 com Serekaniye e Gire Spî, trouxe a guerra de volta a Rojava e com ela uma nova crise humanitária. Centenas de milhares foram forçados a fugir para salvar suas vidas, procurando abrigo em outras cidades ou campos de refugiados. Isso criou um alto risco de doenças infecciosas, devido às condições difíceis e superlotadas nos campos de refugiados. Além disso, com a atual escalada da crise do coronavírus aqui agora, isso está ficando especialmente perigoso. A guerra também trouxe outros problemas para o sistema de saúde: a maioria das ONGs médicas deixou o Nordeste da Síria quando a invasão começou, por isso perdemos o acesso a medicamentos e profissionais de saúde qualificados. O sistema de saúde de autogestão teve que fazer grandes esforços para cobrir as lacunas deixadas pela retirada das ONGs. Várias precauções foram adotadas em março para evitar um enorme surto de Covid-19 depois que alguns casos positivos foram detectados e por um tempo os esforços foram bem-sucedidos. Isso deu algum tempo para fazer mais preparativos, organizar espaços para atender os pacientes, garantir o fornecimento de suprimentos médicos que pudessem ser necessários e construir respiradores. No início de agosto, os hospitais começaram a detectar pacientes com o coronavírus em diferentes cidades, portanto, as restrições de viagens e outras medidas aumentaram. Ao mesmo tempo, do outro lado da fronteira, a Turquia está tendo grandes surtos de Covid-19 e eles têm enviado vários pacientes infectados a hospitais nos territórios ocupados no norte da Síria, especialmente em Serekaniye e Afrin. Com essas condições, o exército turco aproveitando o surto do vírus para lançar um ataque é uma ameaça muito real, e as forças de autodefesa estão tentando tomar todas as medidas possíveis para evitar um cenário catastrófico. Como antes, não é sobre se o exército turco vai atacar Rojava ou não, é sobre quando e onde eles o farão.

4. A solidariedade anarquista internacional é um aspecto importante da luta revolucionária na história. E a revolução em Rojava é conhecida por ter alguma influência de pensamentos

e perspectivas anarquistas. Quanto dessa influência você vê lá no chão? Como poderia ser maior / mais forte?

Podemos encontrar claramente a influência de algumas perspectivas anarquistas nas ideias do confederalismo democrático. Muita gente já apontou as ligações com as ideias de Murray Bookchin, que fazia um apelo à organização de comunas e à construção de um poder dual, desenvolvendo autonomia e municipalismo com base na ecologia e na democracia direta. Também podemos encontrar influências de outros pensadores anarquistas, entendendo o Estado como o principal sistema de violência e opressão e a consequente determinação de construir uma sociedade sem Estado. Mas acima de tudo, as mudanças mais relevantes vêm do movimento das mulheres curdas, dizendo abertamente que temos que nos livrar do Estado para superar o capitalismo e que temos que derrubar o patriarcado para superar o Estado, trazendo a libertação das mulheres como a prioridade deste movimento.

Mas esses desenvolvimentos ideológicos nem sempre trouxeram uma mudança radical na forma como o movimento revolucionário curdo é organizado, e ainda vemos grande influência das velhas práticas marxista-

Treinamento IEAK feito pela TA com combatentes curdos e árabes das Forças Democráticas da Síria (SDF), ensinando ajuda médica básica.



-leninistas que os movimentos anarquistas criticam, como centralização e organização hierárquica. Essas contradições são o principal desafio quando se trata de medidas práticas e muitas vezes há abordagens paternalistas em relação à sociedade – herança da mentalidade vanguardista dos partidos revolucionários. Enfrentar essas contradições e poder seguir avançando é um dos maiores desafios para anarquistas aqui. Permanecer em solidariedade crítica e cooperação com um movimento que, mesmo que não concorde-mos em alguns aspectos, é hoje um dos processos revolucionários mais relevantes em que podemos nos encontrar. Há muita coisa longe da sociedade utópica sonhamos: as comunas locais não são os conselhos revolucionários que gostaríamos de ver; os latifundiários ainda possuem grandes terras, os velhos ainda vendem suas filhas para casamento em troca de dinheiro ou mercadorias, as pessoas estão com fome e precisam unir forças militares para alimentar suas famílias, SDF está lidando com as forças imperialistas e fazendo acordos com empresas dos EUA para controlar os campos de petróleo, milhares de soldados do Daesh estão nas prisões à espera de uma oportunidade de escapar e reconstruir o sangrento califado, Afrin, Serekaniye e Tal Abyad ainda estão sob Ocupação turca... É muito difícil desenvolver soluções estáveis para esses problemas, com ou sem perspectivas anarquistas.

Até agora, os movimentos organizados anarquistas não desempenharam um grande papel nesta revolução. Se olharmos para o número de anarquistas e outros internacionalistas revolucionários envolvidos na Revolução e Guerra Civil Espanhola em na década de 1930 e compará-los com o envolvimento no nordeste da Síria, não sentimos nada além de decepção. Fica pior se compararmos quantas pessoas de tantos lugares diferentes se juntaram ao Daesh na última década. Isso não quer dizer que todo revolucionário deva correr para o Nordeste da Síria agora mesmo, mas com certeza é algo que deve nos fazer refletir sobre qual é a atual situação da solidariedade internacional anarquista. No Ocidente, nossos movimentos que se autodenominam revolucionários são referentemente baseados em identidade e subcultura, influenciados pela modernidade capitalista em todos os aspectos de nossas vidas. O surgimento do YPJ/G tornou-se acessível para nós devido à atenção da mídia, às campanhas nas redes sociais e aos cartazes nas paredes. Essas coisas não são ruins em si mesmas, mas precisamos ir mais fundo do que isso. Precisamos nos perguntar por que essa revolução está avançando enquanto nossos movimentos estão paralisados, o que significa ser um revolucionário, que tipo de vida nos esforçamos para

viver, que tipo de relações desejamos ter, o que significa liberdade para nós e como muito disso é influenciado pelo liberalismo e individualismo (“Eu faço o que quero”). Sabemos que também temos a responsabilidade de como a luta se apresenta no Ocidente, e não nos demos tão bem com nossa própria comunicação midiática no passado. Percebemos que apenas começamos a entender um pouquinho de todas essas perguntas e que encontrar respostas será uma luta de longo prazo, não algo que possamos resolver por meio de atalhos superficiais. Se queremos ter uma influência maior nos movimentos revolucionários internacionais, essas são questões e contradições que devemos refletir.

5. O que mudou no contexto da vida diária e das organizações populares desde a queda do ISIS como costumava ser?

Existem várias mudanças que podemos mencionar relacionadas com o fim do califado. Os primeiros são os desafios e contradições sociais que a autogestão enfrenta para integrar todas as áreas libertadas do Daesh. Cidades como Raqqa, Manbij e Tabqa, que viveram alguns anos sob o fascismo teocrático do Estado Islâmico, agora fazem parte da autogestão e têm que enfrentar não só a reconstrução das cidades depois da guerra, mas também os conflitos e contradições das mudanças sociais. Esses desafios são ainda maiores em territórios como Deir Ezzor, que também são terras árabes tradicionais com um sistema tribal e conservador profundamente enraizado, longe dos valores revolucionários da autogestão em temas como organização social, liberdade religiosa e principalmente a libertação da mulheres. Junto com os desafios sociais, existem também desafios econômicos, ecológicos e militares. Células adormecidas dos islamitas continuam atacando e desestabilizando a região e as forças leais ao governo de Bashar Al-Assad estão fazendo operações para retomar o controle do território, tentando derrubar a Autoadministração.

Claro que a invasão turca torna tudo ainda mais complicado, não só pela ocupação militar das regiões de Afrin, Serêkaniye e Gire Spî, mas também pela guerra especial em outros territórios, como cortar o acesso à água e focar ataques de drones em alvos selecionados. O Estado turco sempre utilizou o Estado Islâmico, fornecendo-lhes armas, cuidados médicos e ajuda para atravessar a fronteira com a Síria. Vários prisioneiros do Daesh que foram entrevistados falaram sobre o apoio contínuo da Turquia e, quando os combatentes do Daesh capturados conseguem escapar da prisão, eles

correm de volta para as áreas controladas pela Turquia. Após a derrota do califado na primavera de 2019, os soldados do Estado islâmico se uniram às fileiras das forças de ocupação turcas, levando consigo sua ideologia fundamentalista. Esses grupos, sob a égide do TFSA (Exército Livre da Síria, apoiado pela Turquia), estão alimentando os sonhos imperialistas neo-otomanos de Erdogan, cometendo terríveis crimes de guerra sob a bandeira de um estado da OTAN. O mundo inteiro sabe disso, e a OTAN está lá para proteger os interesses e benefícios da indústria militar, corporações que lucram com a morte e a miséria, não para responsabilizar os Estados membros. Isso dá ao Daesh a oportunidade de continuar suas operações e reorganizar o fascismo teocrático para manter sua “guerra santa” contra a humanidade, não apenas no Oriente Médio, mas em todos os lugares onde possam expandir sua influência.

6. Quais são as suas perspectivas de futuro para a revolução? Vocês esperam que o trabalho da Tekoşîna Anarşîst possa inspirar outros revolucionários ao redor do mundo?

Depois de anos de guerra, muita coisa aqui está destruída. Em todas as cidades existem ruínas de casas antigas, bombardeadas e destruídas, cheias de buracos de bala. Mesmo assim, as pessoas vivem nessas ruínas, porque não têm para onde ir. Alguns deles tentam consertar aquelas ruínas, recolocando tijolos quebrados, construindo paredes novamente, montando o quebra-cabeça novamente. Outros decidem demolir as ruínas completamente e construir uma nova casa ao lado delas. Pegam o que ainda pode ser usado e recomeçam.

Sentimos que nossas vidas na sociedade patriarcal e capitalista são muito assim. Vivemos em lugares social e emocionalmente destruídos, desconectados de nossos vizinhos, sem muitas opções de como viver, mas também sem alternativa, sem para onde fugir. Qual é a melhor abordagem para uma revolução? Reconstruir dentro do sistema, usando o pequeno abrigo e segurança que ele oferece enquanto tenta reorganizar as peças até que algo melhor cresça a partir dele? Ou derrubando tudo, nos expondo ao espaço frio e vazio, onde tudo é possível? Esperando poder construir algo bonito, mas sempre sob o risco de que alguém construa algo terrível mais rápido.

Como fomos inspirados por outros camaradas ao redor do mundo e sua luta, é claro que esperamos que nossas histórias e nossas ações inspirem outras pessoas também. Às vezes é difícil saber se estamos construindo uma



Unidade médica de combate TA em Baghouz Fawqani, fevereiro de 2019.

base estável ou apenas jogando algumas pedras ao redor. Portanto, desviando o olhar de nossas próprias obras e nos concentrando em nossos camaradas em todo o mundo, podemos ter uma visão mais ampla. Podemos encorajar umas às outras e dar força e perspectiva, trazer conselhos e encontrar inspiração, ajustando nossos planos para que um dia os resultados do nosso trabalho se encontrem e se conectem.

Aqui em Rojava temos o privilégio de aprender com esta revolução e este privilégio vem com o dever de traduzir as perspectivas e experiências que aqui estamos reunindo. Para que nossos companheiros possam entender o significado, aprender e se desenvolver.

Queremos construir pontes entre nossas pequenas casas revolucionárias, ajudar umas às outras na criação de comunidades mais saudáveis e estáveis, para que possamos juntos desafiar a ordem patriarcal e capitalista de nossas sociedades de todos os lados e ângulos, cada um de nós de seu próprio lugar e perspectiva, para que nossas batalhas individuais se tornem uma luta forte.

7. Agradecemos muito por compartilharem perspectivas neste momento delicado, esperamos que essa conversa possa ser útil para pessoas de todo o mundo trabalharem em solidariedade e apoio total às pessoas no norte da Síria. Alguma consideração final?

Obrigado pelo espaço e apoio. Talvez estejamos trazendo mais perguntas do que respostas, mas às vezes o caminho mais longo traz a experiência mais significativa, que não podemos medir com os passos que damos hoje. Acreditamos que a busca que iniciamos aqui nos levará a um lugar melhor e essa é a fé que nos torna capazes de lutar por um futuro melhor.

Há muito trabalho pela frente e muitos obstáculos no caminho. Faremos o nosso melhor para manter a promessa aos nossos camaradas caídos, para encontrar o caminho e a força que eles nos mostraram que nos ajuda a navegar nos momentos mais sombrios.

BRASIL: EPICENTRO DO VÍRUS DO POPULISMO?⁵

6 de Novembro de 2020

Capitalismo é um Desastre Logístico

“Só serei verdadeiramente livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, forem igualmente livres, de modo que quanto mais numerosos forem os homens livres que me rodeiam e quanto mais profunda e maior for a sua liberdade, tanto mais vasta, mais profunda e maior será a minha liberdade. Eu só posso considerar-me completamente livre quando a minha liberdade ou, o que é a mesma coisa quando a minha dignidade de homem, o meu direito humano refletidos pela consciência igualmente livre de todos, me forem confirmados pelo assentimento de todos. A minha liberdade pessoal, assim confirmada pela liberdade de todos, estende-se até o infinito. (...)”

– Mikhaik Bakunin, 1871

Em maio, ao ser questionado sobre paralisar a economia e acatar regras para o isolamento social, Bolsonaro comparou o Brasil a Suécia, dizendo que o país nórdico “não fechou”, sendo um bom exemplo de país que manteve sua “normalidade” diante da pandemia. Na época, o Brasil tinha 13 mil mortos pelo coronavírus e a Suécia pouco mais de 3 mil.

A comparação entre os dois países pode soar absurda em vários sentidos, uma vez que a população sueca é 21 vezes menor que a brasileira, sendo menor até mesmo que as 12 milhões pessoas que vivem apenas no município de São Paulo. Além disso, os 10 milhões de habitantes da Suécia estão amparados por políticas de bem-estar e inclusão social e econômica que a maior parte dos 210 milhões de brasileiros nem sonham. Não queremos, aqui, fazer qualquer elogio ingênuo ao modelo capitalista nórdico, que melhor seria descrito como “o maior condomínio fechado do mundo”. Afinal,

5 Trechos extraídos do artigo completo publicado em:
<https://facciao ficticia.noblogs.org/post/2020/11/06/brasil-virus-populismo-p-1/>

para que existam esses “codomínios” globais em Suécias e Noruegas, é preciso existir as periferias globais na América Latina, África e Ásia, servindo de reserva de mão de obra barata, de fazenda para recursos naturais e depósito de lixo operando com regulações convenientemente frouxas. Queremos é chamar a atenção para como o capitalismo assume uma face tão cruel num país como o Brasil, que mesmo contando com o maior sistema público de saúde do mundo, é incapaz de conter a pandemia e seus efeitos, tornando gritantes as desigualdades e linhas de exclusão muito antigas.

O Brasil é um país de proporções continentais, de enorme economia produtiva, porém ainda marcado por uma desigualdade social profunda e uma economia subalterna no mercado global, produtora e exportadora de produtos agrícolas e primários como grãos, minério e petróleo. Dos 15 produtos mais exportados, 14 são primários. Rico em biomas diversos, água, terras cultiváveis, a produção de alimentos em solo brasileiro é a terceira maior do mundo, alimentando 1,5 bilhão de pessoas em todo planeta. Mas essa economia enxerga florestas, rios, o solo e toda vida humana e animal como apenas uma fonte de dólares no mercado externo. Está baseada na propriedade individual, na concentração de riquezas e de terras, no desmatamento, na poluição, na violência no campo, trabalho escravo e na tomada de territórios indígenas – que não conheceu tréguas desde a invasão europeia em 1500 – nem mesmo durante a pandemia.

Enquanto Bolsonaro pede para que brasileiros finjam ser suecos, grande parte da população não tem sequer acesso à água, esgoto ou os documentos para acessar benefícios. Para 35 milhões de brasileiros, nem mesmo lavar as mãos apropriadamente é uma opção porque não existe acesso a água tratada. Cerca de 100 milhões de pessoas, 47% da população brasileira, não tem acesso a uma rede de esgoto. Diferentemente da Suécia, onde o governo decidiu arcar com 90% dos salários para que as pessoas possam ficar em casa, as estimativas apontavam cerca de 46 milhões de brasileiros vivem em 2020 sem documentos, contas no banco ou acesso à internet, invisíveis aos olhos do estado e com dificuldade para acessar o limitado auxílio emergencial – que vale pouco mais da metade de um salário-mínimo, mas já é 4 vezes mais que o mínimo do Bolsa Família. Essa exclusão se reflete diretamente nas estatísticas de impacto do coronavírus – assim como impactava a vida dessas pessoas em tempos de “normalidade”, seja pela miséria ou pela violência que a acompanha.

Violência policial, segurança e controle

O desastroso cenário da pandemia da Covid-19 no Brasil não estaria completo sem o permanente estado de calamidade imposto pelas forças de segurança. No Rio de Janeiro, por exemplo, mesmo com o comércio fechado e a recomendação para que todos fiquem em casa, as mortes por policiais em operações subiram 43% em abril, durante o primeiro mês de isolamento social e quarentena. Entre os 177 mortos pela polícia carioca em abril de 2020, estão João Pedro de 14 anos, morto em casa pela polícia, e João Vitor, de 18, morto por policiais quando movimentos sociais entregavam cestas básicas na Cidade de Deus. Quando em 5 de junho, o STF proibiu operações policiais durante a pandemia, as mortes caíram 70% em toda a cidade. Rafaela Coutinho, mãe de João Pedro resumiu perfeitamente a situação: “Eu estava protegendo o João Pedro de um vírus e ele foi vítima de um vírus muito pior: o vírus de um Estado que mata”.

A destruição do meio ambiente, terras indígenas, morte pela polícia, perseguição política a professores, tudo isso nos mostra que crises não vêm sozinhas. Além disso são usadas para implementar outras medidas que, em momentos de “normalidade”, encontrariam maior atenção ou resistência. O então Ministro do Meio Ambiente afirmou em vídeo que era o momento de passar leis para facilitar a degradação ambiental durante a pandemia, “enquanto a mídia só vala de Covid”. Obviamente, durante a pandemia vimos acelerar o ritmo de medidas legais para desmantelar políticas de preservação ambiental. E, de fato, a ausência de fiscalização durante a pandemia e o período de isolamento, permitiu criadores de gado, madeireiros e garimpeiros avançarem contra as florestas na Amazônia e no Pantanal, em um aumento de 28% nas queimadas em relação ao ano anterior. E o argu-

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2020, em frente à sede do governo do Rio.



mento de Salles e da ministra da agricultura, Tereza Cristina, foi o de que as queimadas nessas regiões, sobretudo no Pantanal, poderiam ser combatidas com a expansão da área destinada à indústria da carne, pois os bois, ao comerem o pasto seco, “atuariam como bombeiros e impediriam as queimadas”. Ao mesmo tempo, entidades e movimentos indígenas e quilombolas denunciam o governo Bolsonaro por implementar um “projeto genocida para limpar a área”, permitir que a Covid-19 avance sobre essas comunidades sem as condições mínimas para resistir. Até o Ministro do STF, Gilmar Mendes, usou a palavra genocídio para descrever as políticas do presidente que, em julho, vetou em um projeto de lei as medidas que garantiam acesso à água potável, materiais de higiene, acesso à internet nas comunidades e materiais educativos para a prevenção da doença em línguas indígenas. Além disso, Bolsonaro vetou a parte que reforça a obrigação do Estado em fornecer atendimento médico especial para indígenas. Até o final de julho, 70 mil indígenas já foram infectados e mais de 2 mil morreram de Covid-19 em todo continente americano. Em pleno século XXI, a mais recente face do projeto colonial que, quando não ataca diretamente os povos indígenas com armas, usa doenças e o descaso para promover a morte de indivíduos e o extermínio de comunidades inteiras – como faz o Estado chileno contra os povos Mapuches na região de Araucania ou o brasileiro contra os Guarani-Kaiowa no Mato Grosso do Sul.

Medidas de vigilância, monitoramento de celulares e controle por câmeras com reconhecimento facial e por temperatura, além do aumento do policiamento foram tomadas de formas e métodos inovadores. Não chegamos a níveis tão intensos como dos bairros confinados de Madri, ou das ruas na Tunísia, onde robôs monitoram cidadãos nas ruas, ou na Bulgária onde em um bairro de maioria cigana vem sendo controlado por drones e aviões lançam detergente na população, ou até mesmo na China onde o monitoramento individualizado de celulares e câmeras que detectam rostos mesmo com máscaras, mas a questão nunca foi a “quantidade” ou a “intensidade” de ameaças oferecidas pelo controle estatal, mas sua existência em qualquer nível.

As medidas de isolamento e intervenção policial para dar fim a reuniões e aglomerações lembram, mesmo que de forma residual, os anos de chumbo da ditadura militar (1964-1985), quando haviam toques de recolher à noite e qualquer encontro com mais de duas pessoas, mesmo apenas casualmente em uma esquina, eram dispersadas pela polícia como uma potencial reunião conspiratória. Para quem se lembra ou ainda vive na pele a herança

do estado policial e militarizado que persiste nas periferias e no campo, tais medidas são sempre vistas como hostis por serem impostas de cima, mesmo que “para a saúde de todos”. Talvez o maior dos exemplos de como tais medidas inspiram a fúria popular foi a conhecida Revolta da Vacina em 1904, quando o governo do Rio de Janeiro, então capital do país, implementou um programa de vacinação contra varíola imposto pela força, com policiais invadindo casas e obrigando pessoas a serem vacinadas. Aliado a isso, veio um violento projeto de urbanização higienista que demoliu vilas inteiras e expulsou os pobres para as periferias.

Como agora, tais revoltas não são necessariamente contra a ciência, a medicina ou a preservação da saúde, mas sim contra o autoritarismo e a força dos que querem nos obrigar a aceitar suas decisões sem o menor diálogo e impedir os povos de se organizar e cooperar como iguais pela sua própria saúde. Para tomar um caso recente, em 2019 o governador de São Paulo, João Dória do PSDB, reeditou a lei de 2014 que proibia máscaras em manifestações, como forma de coibir ação de black blocs. Um ano depois, o mesmo governador tornou obrigatório o uso de máscaras em todo o estado para todas as pessoas que saírem às ruas. A evidente ironia do episódio nos ensina o quão vulneráveis e alienados sobre nossas escolhas estaremos se esperarmos que apenas políticos e leis decidam o que é melhor ou mais seguro para nós, a despeito do que queremos.

2019



2020



Covid-1984: o pior de dois mundos autoritários.

Linhas de exclusão

A dificuldade em implementar ensino a distância, uma vez que alunos não possuem computador, acesso à internet ou vivem em casas de dois ou até um único cômodo junto de vários familiares, apenas evidencia a enorme desigualdade existente entre estudantes de escolas públicas e privadas. O aumento da violência doméstica durante o isolamento social traz o debate sobre o machismo e a cultura patriarcal instalada em nossa sociedade. As revoltas nas prisões por direitos violados e o descaso com os riscos de disseminação da Covid-19 mostram a brutalidade de um sistema carcerário superlotado, desumano e assassino. A atual situação que ameaça a vida das pessoas no campo, dos povos indígenas e o descaso com os idosos revela a exclusão social a que esses grupos são submetidos por séculos sem acesso a recursos básicos como água, esgoto ou documentação para ter acesso a benefícios e direitos legais.

O que agrava a pandemia não é diferente dos demais desastres que afetam os pobres e excluídos de forma desproporcional. Quando o inverno ou uma grande tempestade atinge uma cidade e várias pessoas sem-teto morrem de frio e casas desabam por terem sido construídas em áreas de risco, é óbvio para todos que a raiz do problema não é o frio nem a chuva em si, mas que pessoas estejam desprotegidas e sem as condições básicas para enfrentar essas situações. Enquanto houver capitalismo, as pessoas na base da pirâmide serão sempre as mais atingidas em qualquer situação de crise ou catástrofe. As diferenças de classe, cor, gênero ou geográficas, apenas ajudam a canalizar o peso dessa tragédia para os grupos historicamente excluídos e desamparados. Como todos esses problemas antigos em nossa sociedade, a crise sanitária é um desastre que tem idade, mas também cor e endereço: em abril o número de pessoas negras mortas pela Covid-19 já se mostrava cinco vezes maior no Brasil. Estudos recentes indicam que, em São Paulo, donas de casa, profissionais autônomos e pessoas que usam o transporte público são as maiores vítimas da pandemia, enquanto empregadores, ou seja, empresários, tem chance quase nula de contaminação.

Como anarquistas que combateram a epidemia de cólera na Itália em 1884 afirmaram, “a verdadeira causa da cólera é a pobreza e o verdadeiro remédio para prevenir seu retorno não pode ser nada menos que a revolução social”. Com apenas alguns ajustes, podemos trazer essa mesma lógica para nossa realidade no século XXI. Esses abismos entre as duas realidades, a do Brasil que alimenta 20% do planeta, em oposição ao Brasil que não

garante recursos básicos, como água e esgoto, a quase 50% da sua população, provam que o problema não é uma escassez de recursos, mas a concentração de toda terra, dinheiro, infraestrutura e poder nas mãos de cada vez menos pessoas. O que mais impediria que uma população viva bem e se alimente da terra onde vivem? O problema do capitalismo é a distribuição – e a causa é a própria lógica da sua economia e da política.

Todos esses mecanismos que nos impedem de nos cuidar e promover as condições de vida e bem-estar para todas as pessoas estão evidentes. Se a pandemia da Covid-19 nos mostra algo, é que o capitalismo é cheio de funis pelos quais nem todas as pessoas podem passar para ter acesso a recursos. Uma crise que ameaça a saúde de todas as pessoas em todos os continentes, expondo mais pobres e mais vulneráveis a mortes evitáveis, mostra que esse sistema econômico não foi construído para acolher a todos ao mesmo tempo. Nesse sentido, a frase de Bakunin se torna ainda mais verdadeira, uma vez que minha saúde depende inteiramente da saúde de todas as outras pessoas, em todos os lugares do planeta. Anarquistas e demais radicais sempre anunciaram que a liberdade deve ser para todas, ou não será para ninguém. A pandemia confirmou que, sem liberdade, sem igualdade e sem autonomia para cooperar e nos apoiar mutuamente, uma pessoa doente é um risco para a saúde de todos. Ou destruimos essas linhas de exclusão, ou estaremos todas em risco.

Solidariedade e Ataque na era da COVID-1984

“Ninguém no mundo, ninguém na história, conseguiu sua liberdade apelando para o senso moral de seus opressores.”

– Assata Shakur

“A respeito desses momentos, a recomposição estatista progressista foi um passo atrás. Um retrocesso. Para aqueles que postam na emancipação coletiva, o ponto de referência deve ser sempre o grau mais elevado alcançado pela luta social, e nunca aquilo que é possível conseguir. O possível é sempre o Estado, o partido, as instituições existentes. Mas a emancipação não pode deter-se aí.”

– Raul Žibechi e Decio Machado – *Os Limites do Progressismo*

“A história esquece os moderados”

– Andrew Bird

Desde as eleições em 2018, as pessoas e movimentos sociais se perguntam qual seria a forma de uma resistência radical ao governo de Jair Bolsonaro. Como resistir a um inimigo que parece absorver qualquer oposição e transformar toda polêmica em combustível para sua agenda e toda oposição em pretexto para mais repressão? E como apresentar uma oposição que não seja tragada por uma versão pacificadora, conciliadora e sem radicalidade por uma esquerda que se acostumou e se identifica com a gestão estatal e vê na revolta popular um risco à ordem da qual também fazem parte? Alguns episódios mostraram que muitas pessoas estão dispostas a dar o primeiro passo. Em 2019, antifascistas interromperam um ato e entraram em confronto com grupos comemorando aniversário do golpe militar de 1964.

Durante os primeiros meses da pandemia, as melhores repostas foram sendo dadas na prática cotidiana por movimentos sociais, antifascistas e torcidas organizadas encarando e atrapalhando atos pró-governo nas ruas; por entregadores e entregadoras organizando greves inéditas em nível nacional, assim como por moradores de favelas e ocupações em todo o país organizando a solidariedade. São esses exemplos de ação direta por solidariedade entre pessoas pobres e excluídas, e também os enfrentamentos à ordem e seus defensores que gostamos de registrar e celebrar. Tais lutas não fizeram o “possível” enunciado por diversos líderes estatais, que consistia em fazer a administração catastrófica da catástrofe, não esperaram, lidaram com a contingência de maneira a não se deixar paralisar – é nisso que apostamos!

Retomar as Ruas: Antifascista e Torcidas Organizadas

“Sem a natureza hierárquica e hegemônica do Estado, que monopoliza o uso da força, da economia, ideologia oficial, informação e cultura; sem a onipresença dos aparelhos de segurança que penetram todos os aspectos da vida, da mídia ao quarto; sem a mão disciplinadora do Estado como um Deus na terra, nenhum sistema de exploração ou violência poderia sobreviver.”

– Dilar Dirik, *Democracia Radical: a Linha de Frente Contra o Fascismo*

A luta antifascista emergiu na mídia e nas pautas dos movimentos como há décadas não se via no Brasil, com ampla cobertura das ações e protestos, mas também recebendo ameaças de criminalização e repressão. Desde

2015, como citamos, a tomada das ruas pela direita aos domingos, pedindo impeachment do PT, deu lugar às campanhas para eleger Bolsonaro em 2018. Após a eleição, grupos de direita “inovaram” mais uma vez com seus “protestos à favor” do governo, organizados aos finais de semana para não atrapalhar o fluxo de veículos e mercadorias nos dias de semana e contar com mais fora do horário de trabalho – o oposto dos atos que os movimentos anticapitalistas organizam com intuito de paralisar o fluxo urbano.

No entanto, esse avanço da direita na tomada das ruas não foi apenas uma conquista própria, mas algo construído com a conivência e o apoio direto das polícias e agentes de segurança. Documentos internos da Polícia Militar vazados à imprensa comprovam o óbvio: o comando da polícia trata manifestações pró-governo como atos inofensivos e festivos, recebendo elogios mesmo quando desrespeitam normas de isolamento e o uso de máscaras. Mesmo sendo inconstitucional discriminar manifestações políticas com base ideológica, ligando certas organizações e até partidos políticos a crimes de vandalismo, forças policiais de elite sequer acompanhavam os atos da direita, enquanto protestos de oposição eram vistos como uma “ameça à ordem” e fortemente reprimidos. É claro que, novamente, vemos as linhas de exclusão que direciona repressão para manifestações populares de esquerda, periféricas, de maioria negra e pobre, enquanto policiais escoltam, protegem e tiram fotos com apoiadores do governo, em sua maioria brancos, dos bairros nobres, fazendo carreatas em veículos de luxo. Isso demonstra como o Estado influencia e tenta controlar quais ações políticas vão ganhar espaço nas ruas e quais serão sempre alvo da repressão.

Desafiando essa lógica, torcidas e trabalhadores e trabalhadoras precarizadas organizaram diversos atos públicos nas ruas em 2020. Nos dias 3 e 17 de maio, antifascistas em Porto Alegre interromperam protestos bolsonaristas que pediam a volta da ditadura militar aos cantos de “Recua, fascista”. Foram alguns dos primeiros atos do ano – e após muitos meses – a desafiar hegemonia bolsonarista nas ruas.

Como em outros lugares do mundo, a mídia debateu sobre a “necessidade” de se reunir nos espaços públicos para confrontar manifestações em apoio a Bolsonaro e pela reabertura do comércio. Se os patrões e a mídia não veem problema em nos fazer aglomerar no ônibus lotados, nas filas dos bandos esperando nossos benefícios, nos empregos precários e serviços de entrega que crescem enquanto sofremos com o vírus e a falta de recursos, então julgamos necessário nos reunir para bloquear os defensores de um

sistema econômico assassino, o fluxo de mão de obra para produção e de mercadorias para o consumo.

Na cidade de São Paulo, cerca de 70 torcedores do Corinthians organizaram um pequeno ato dia 9 de maio, no mesmo horário e local que um ato pró-governo. A ação barrou o protesto bolsonarista chamou atenção nas mídias sociais, junto com as imagens de Porto Alegre no dia 17, e serviu para convocar mais pessoas para a rua. No fim do mês, torcedores de diferentes times de futebol ocuparam as ruas em São Paulo e frustrar protestos de apoiadores do presidente no dia 31, quando os atos ganharam uma escala nacional. Torcedores da Gaviões da Fiel, uma das maiores torcidas do país, com uma longa ação política desde os anos de chumbo da Ditadura, convocaram as manifestações que contaram com grupos de torcidas rivais, como Palmeiras, São Paulo e Santos. O momento de união das torcidas e outros grupos antifascistas reuniu uma multidão quase dez vezes maior do que o lado bolsonarista. A polícia tentou manter linhas de isolamento, mas um confronto ocorreu quando antifas responderam a provocações de manifestantes carregando bandeiras do Pravy Sektor – partido neonazistas ucraniano – e bandeiras dos EUA. A polícia interveio, direcionando seu ataque aos antifascistas, e protegendo neonazistas na Av. Paulista, que se tornou o palco de um grande confronto. Antifascistas resistiram e ergueram barricadas bloqueando as vias por um bom tempo.

As cenas repercutiram em todo o país, especialmente uma foto que registra um trabalhador de entregas por aplicativo atirando pedras contra a polícia. Sob o slogan “Somos Democracia”, entoado por diversas torcidas organizadas, uma imagem de oposição combativa e organizada era apresentada com os protestos contra o governo e o racismo desde o início de maio. A onda de revoltas que tomou os EUA após o assassinato de George Floyd dia 25 de maio impulsionou ainda mais os movimentos que vinham tomando de volta as ruas no Brasil. As barricadas do dia 31 mostram que os sentimentos de repúdio ao racismo, a governos que flertam com o fascismo e a revolta contra suas forças repressivas são basicamente os mesmos de norte a sul do globo.

Ao todo, foram mais de 15 cidades em protesto no dia 31 de maio. No Rio de Janeiro, vimos forte presença de anarquistas e antifascistas aparecendo para confrontar um ato nacionalista pró-Bolsonaro em Copacabana. Houve confronto físico entre antifascistas e nacionalistas. Em Belo Horizonte os atos também começaram com pequenas chamadas e se tornaram grandes manifestações. Em muitos casos, como no dia 31 de maio, foi pos-



São Paulo, 31 de Maio de 2020.

sível bloquear, atrasar e impedir carreatas em apoio a Bolsonaro e pela reabertura do comércio. A torcida Resistência Alvinegra, fez um primeiro ato pequeno na Praça do Papa, com um vídeo onde leram um manifesto pela democracia e contra a agenda fascista de Bolsonaro e seus apoiadores. O chamado surtiu efeito e os atos semanais saltaram de uma dúzia para milhares de pessoas dias 31 de maio e 7 de junho, com diversas torcidas e movimentos sociais marchando para barrar as carreatas da direita, levando bandeiras e cantos antifascistas, homenagens a George Floyd e também João Vitor e Rodrigo Ciqueira, assassinados pelas polícias cariocas, além da vereadora e militante Marielle Franco, assassinada em 2018 por milicianos.

Nas semanas seguintes, mais cidades foram se juntando aos protestos antifascistas e contra o racismo. Em Salvador, a onda de protestos pelo Brasil e nos EUA levou grupos como Reação Antifascista Salvador, torcidas organizadas, sindicatos e quilombos a organizar um grande ato dia 7 de junho. Em Curitiba, uma manifestação com presença massiva de antifascistas marchou pelas ruas do centro da cidade no dia 1 de junho, que queimou a gigantesca bandeira nacional hasteada em frente ao palácio do governo e entrou em confronto com a polícia.

Mesmo com todos os seus problemas e conflitos internos, as torcidas organizadas possuem uma enorme capacidade de mobilização e diálogo com diversos setores da sociedade. Basta olhar o exemplo recente das torcidas organizadas Chilenas se juntando às linhas de frente em defesa dos protestos de 2019. Em 2013, a ocupação em defesa do Parque Gezi em Istambul, Turquia, também contou com um tremendo papel das torcidas que deixa-

ram as rivalidades internas de lado para defender o parque e a ocupação da Praça Taksim das ofensivas policiais. Como aponta Mark Bray no livro *Manual Antifa*, a cultura e organização antifascista ganhou popularidade nas últimas décadas entre torcidas de futebol estadunidenses que organizadas por imigrantes que trabalhavam para combater a homofobia e transfobia. E na Europa, o autor considera que “alguns dos mais ferozes conflitos antifascistas aconteceram no contexto do futebol”. Essa tradição remonta à década de 1970, quando grupos fascistas usavam torcidas e os jogos como espaço para recrutar novos membros e antifascistas modernos logo agiram para combater e impedir esse processo. É importante notar essa tradição retomando fôlego também no Brasil, onde o futebol e a relação das torcidas com os movimentos sociais é antiga e forte.

Infelizmente, vimos um refluxo nos atos, especialmente em São Paulo, a cidade com as maiores torcidas envolvidas nos protestos nacionais. Após os confrontos do dia 31 de maio, o governo do estado e o comando da PM tentaram mediar entre os movimentos antifascistas e os organizadores de atos pró-governos para que não organizassem protestos no mesmo horário na Av. Paulista novamente. Movimentos como o Povo Sem Medo, ligados ao candidato a prefeito Guilherme Boulos, a rede Somos Democracia e outros movimentos negros decidiram respeitar a decisão do Tribunal de Justiça que proibia os atos acontecerem juntos no dia 7 de junho. O sentido de organizar um ato para barrar fascistas que não poderia de fato barrar fascistas acabou sendo perdido.

A repressão direta ou a censura velada não demorou a atingir outros estados. Partidas futebol estavam acontecendo sem a presença de público, porém, torcidas organizadas podiam enfeitar o estádio com suas bandeiras. Em Belo Horizonte, no entanto, a torcida Resistência Alvinegra foi proibida pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de estender sua bandeira que continha a imagem de Marielle Franco e a palavra “Antifa”. A bandeira era a mesma que esteve presente nos protestos de rua nos meses anteriores. A justificativa da entidade demonstra que em seu regulamento, a palavra “antifa” está no mesmo nível que expressões racistas e xenófobas.

Está cada vez mais claro o receio das autoridades em permitir o crescimento de expressões e movimentos combativos como o antifascismo. Vimos agora de uma onda de levantes na América Latina, com Equador, Colômbia e Chile, se levantando contra os custos de vida e condições no neoliberalismo. Parte da esquerda e muitos movimentos anticapitalistas viram inspiração naquela luta, se perguntando levantes começariam por aqui

também. O próprio Jair Bolsonaro expressou em 2019 que o governo está atento à onda de protestos nos países vizinhos, e em 2020 mostrou sua preocupação quanto a radicalização das ações nas ruas e seu medo do Brasil “virar o Chile” em resposta aos efeitos da crise do coronavírus. No entanto, as manobras do governo mostram um desejo de reproduzir o modelo neoliberal chileno, dando total liberdade para que o Capital aprofunde a exploração da mão de obra e do meio ambiente, enquanto o Estado corta e reduz serviços sociais para a população. E de fato, tanto a crise causada pela pandemia quanto as mortes causadas pela polícia geram protestos e confrontos, como no dia 15 de junho após a morte do jovem Guilherme, assassinado por policiais que trabalhavam como seguranças privados.

Como efeito, Bolsonaro e seus parlamentares aliados buscaram imitar Donald Trump e fazer declarações considerando antifascistas uma “ameaça terrorista doméstica”. Seu objetivo pode até não ser atingido usando a lei para criminalizar o antifascismo, mas sabemos bem quais lições a história nos mostra: Bolsonaro vai estimular os ânimos de suas bases dispostas a praticar atos de violência nas ruas contra minorias e dissidentes com a cumplicidade da polícia. Grupos de extrema-direita radicalizados já fazem seu trabalho sujo legitimado pelo discurso do presidente: invadindo hospitais para tentar “provar” que não estão cheios de pacientes, como Bolsonaro insinuou em um pronunciamento, violando caixões para comprovar boatos de que não existem pessoas mortas, mas apenas pedras dentro deles para simular funerais, agredindo profissionais da saúde em hospitais ou organizando protestos por mais recursos para atender pacientes.

Mesmo tento seu movimento reprimido e alguns dos seus membros presos, tanto os já citados “300 Pelo Brasil” (que não são muito mais que 30 pessoas) quanto outros grupos menos organizados comprovam que o governo de Jair Bolsonaro, além dos estragos de dentro das instituições, deixará um legado de muito fascismo, racismo e ódio nas ruas.

Mas em todos os cantos das Américas, o recado está sendo dado: não vamos tolerar os avanços do fascismo e do populismo, nem mais mortes pelas mãos da polícia (a instituição mais fascista que caminha sobre esses solos) e as ruas, não pertencem àqueles que fazem “protestos à favor de governos” e fazem o trabalho sujo de gangues que a polícia (ainda) não é capaz de fazer diante das câmeras. Seguiremos tomando as ruas com as bases, com as torcidas — mesmo quando partidos e movimentos tradicionais sequer esboçam qualquer coragem de se juntar a nós.

Breque dos Aplicativos

Durante a pandemia, vários setores iniciaram greves para barrar a perda de ainda mais direitos e conseguir melhores condições de trabalho. Setores fundamentais como metroviários e os correios fizeram greves vitoriosas quando se viram mantendo serviços considerados essenciais enquanto trabalhavam mais tempo, mais pesado e sem equipamentos ou condições para preservar sua saúde. Associações de inquilinos também organizaram movimentos pela anistia e greve de aluguéis, com um pouco menos de repercussão na mídia, mas ainda assim realizando um trabalho fundamental. Mas um novo grupo surgiu chamando a atenção pela dimensão, pela força e pela criatividade em organizar quem estava isolado e desafiar um dos novos negócios que mais cresceu durante a pandemia: os Entregadores Antifascistas.

Profissionais trabalhando com suas motocicletas ou bicicletas para aplicativos de entrega de comida e produtos diversos sentiram um aumento significativo na demanda por seus serviços. Os pedidos por produtos entregues em domicílio foram decretados como essenciais para que milhões de pessoas pudessem ficar em casa. Enquanto isso, quem não podia ficar em casa, como os 9 milhões de novos desempregados no primeiro semestre de 2020, buscava seu sustento no mercado informal – que já emprega mais de 40% da força de trabalho brasileira. As empresas internacionais como a Uber e Rappi, e a brasileira Ifood cresceram até 50% absorvendo serviços e nova força de trabalho recém-dispensada ou demitida das empresas que paralisaram ou faliram devido à pandemia, elevando a taxa de desemprego à 13,3% no país. No entanto, mais pedidos não significa mais dinheiro entrando para quem trabalha. Além de receber menos, entregadores estiveram sujeitos a mais riscos para a saúde.

Se opondo a essa lógica oportunista das novas empresas digitais, que invisibilizam as relações de trabalho tornadas individuais, surgiu o grupo Entregadores Antifascistas em São Paulo. Galo, um de seus fundadores gravou um vídeo desabafando sua frustração sozinho, no dia do seu aniversário, em março de 2020 após ser bloqueado pelo aplicativo por não terminar uma entrega por conta de um pneu furado. O vídeo viralizou nas mídias sociais e a projeção inspirou o Galo a criar um abaixo-assinado com mais de 600 mil assinaturas para exigir que os motoboys tivessem direito a refeição, itens de proteção e outros direitos básicos negados pelas empresas que tratam os motoboys como “empreendedores” e “parceiros”, não como funcionários. Quando outros se juntaram à causa, criaram o grupo Entregadores Antifas-

cistas, uma forma de organização sindical ainda informal e movimento que também busca ser uma cooperativa autônoma. Dezenas deles participaram dos atos antifascistas em São Paulo no dia 7 de junho, onde gravaram mais um vídeo manifesto que circulou na imprensa e na internet, convocando mais entregadores e entregadoras a se organizarem com o movimento.

Logo após participar dos atos das torcidas e movimentos antifascistas, convocaram o “Breque dos App” para o dia 1 de julho, uma greve nacional de entregadores e entregadoras que atingiu 13 estados na luta por melhores salários, direitos e condições de trabalho. Para contornar as medidas punitivas que as empresas aplicavam contra indivíduos ou pequenos grupos que protestavam ou paralisavam suas atividades, a solução foi fazer um movimento ainda maior para pressionar, chamar atenção para a causa e a situação da categoria. Bloquearam avenidas com centezas de motocicletas, mas também a porta da sede de várias empresas de entrega. Um segundo grande dia de greve foi realizado dia 24 de julho.

O exemplo de luta dos Entregadores Antifascistas nos lembra que, mesmo com a “uberização” das relações de trabalho que aprofundam a precariedade e a informalidade que já dominam países como o Brasil, é uma ilusão acreditar no discurso de que quem vende sua força de trabalho tem “autonomia”, é “empreendedor” ou está em pé de igualdade para se relacionar com empresas como “parceiros”. Nas palavras do próprio Galo: “Não somos empreendedores, somos força de trabalho!”. Por trás dos aplicativos e seus algoritmos existem proprietários com o controle total sobre a ferramenta, o serviço e o pagamento de quem mais trabalha. Ainda existe a velha divisão entre empregadoras e empregados, entre quem manda e quem obedece, quem trabalha por pagamentos mínimos e quem lucra fortunas. A “modernização” trazida pelas empresas e sua “GIG Economy” não passa de um “feudalismo digital” que se aproveita da falta de legislação para acabar com salários fixos, direitos, seguridade, aposentadorias e só pagar a motoristas, entregadoras e outros profissionais apenas por quilômetro rodado ou entrega feita, sem qualquer regra fixa – como na transição para a economia capitalista. Somente uma luta organizada de baixo para reunir indivíduos dispersos e isolados pela informalidade, criando uma nova linguagem de ação capaz de atacar e causar prejuízos aos patrões poderá chegar a alguma mudança, compartilhando experiência de luta radical, consciência de classe rumo a transformações sociais profundas.

Ações Solidárias e Apoio Mútuo: Nós Cuidamos de Nós!

Além dos impactos direto na saúde e na vida de milhões de pessoas, as previsões para um futuro próximo já apontam que a pandemia vai colocar mais até 66 milhões de pessoas na fome em todo mundo. No Brasil, além dos já mencionados 9 milhões de empregos perdidos, um dos primeiros problemas a serem enfrentados com a paralisação parcial da economia com as pessoas ficando em casa é a fome. Claro que a gestão Bolsonaro contribuiu para esse quadro: em seu primeiro ato como presidente, extinguiu órgãos responsáveis pelo combate a fome, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). No ano seguinte, afirmou a membros da imprensa internacional que “não existe fome do Brasil”.

Junto da crise sanitária e econômica, houve um aumento de até 40% no preço dos alimentos básicos. Em São Paulo, por exemplo, produtores viram uma queda de até 80% na venda de verduras e legumes para os bares e restaurantes da capital nos primeiros meses da pandemia. Até de 70% de algumas produções foi jogada no lixo por “não ter como distribuir”, enquanto milhares de pessoas nas cidades não sabiam como alimentar suas famílias. A lógica de mercado leva produtores a jogar fora alimentos antes de dividi-los com quem tem fome e torna ineficiente a distribuição de recursos em momentos de crise. Se não há relações de compra e venda e um retorno em lucro, não é útil levar alimento a quem mais precisa.

Em muitos casos, empresas tentam fazer publicidade disfarçada de caridade, doando produtos alimentícios industrializados e processados para colocar sua marca em reportagens de TV. Com imagens produzidas por elas mesmas, usaram do jornalismo corporativo para ocupar minutos milionários do horário nobre como publicidade gratuita para atribuir uma imagem de “solidariedade” a suas marcas.

Para mostrar que é possível nos organizar com uma outra lógica, no período de março a julho, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) organizou a doação de 2.300 toneladas de alimentos para comunidades em todo o país. A agricultura familiar é responsáveis por até 80% da produção de frutas e 60% das verduras consumidas pela população. O MST usa o mesmo modelo para produzir e vender alimentos abaixo do preço de mercado e ainda doar arroz, feijão, pinhão, erva-mate, fubá, farinha de milho, frutas e verduras em escala nacional durante a pandemia.

Mas não são apenas exemplos grandiosos em escala e que fizeram a diferença. Diversas iniciativas chamaram a atenção por desenvolver princípios anarquistas de apoio mútuo nas periferias, em ocupações urbanas e nas favelas, distribuindo alimentos e até fazendo higienização comunitária. Uma delas merece atenção especial pela dimensão e amplitude. Na favela Paraisópolis, uma das maiores de São Paulo, moradoras e moradores organizaram sua própria rede de atendimento de saúde, capacitando e equipando 240 moradores em 60 bases para atuarem como socorristas em casos de emergência. Além disso, realizaram a distribuição de refeições para apoiar quem estava doente, quem ficou em casa e não pode mais trabalhar e também quem não tinha opção além de sair para ganhar seu sustento.

Solidariedade não é um serviço ou um “trabalho”, mas uma atividade essencial para todo movimento revolucionário ao longo da história. Pessoas educadas dentro do Capitalismo conhecem apenas a falsa escassez criada pela propriedade individual da terra. Em crises sanitárias ou econômicas, acreditam que a solução é uma competição ainda mais intensa por recursos, por dinheiro e até por saúde. Somente exemplos de ações diretas, voluntárias, solidárias e autônomas podem vencer a competição e o isolamento.

Como recordam camaradas da Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil (FOB), a Gripe Espanhola, última grande pandemia global, pode nos ensinar sobre valores anticapitalistas para a crise atual. Um século atrás, a Gripe Espanhola matou mais que os quatro anos de I Guerra Mundial e devastou as grandes cidades brasileiras, matando 35 mil pessoas, cujos corpos se amontoavam nas ruas e em valas comuns de cidades como Rio de Janeiro, então capital do país. Na mesma época, explodia a primeira grande greve geral, a Greve Geral de 1917, a Insurreição Anarquista de novembro de 1918 no Rio de Janeiro, ambas protagonizadas pelo movimento sindical anarquista que era hegemônico na época e conquistou importantes vitórias e direitos para toda a classe trabalhadora.

Nos manter saudáveis e com vida é uma tarefa ao mesmo tempo defensiva e ofensiva, como as demais formas de organização que vimos em ruas e bairros ocupados nos protestos contra o racismo e a polícia nos EUA (e nos movimentos de ocupações de praças e prédios nas últimas décadas). Precisamos de formas de cuidado que sejam solidários entre as classes oprimidas e hostis aos planos do Estado e do capital – não apenas uma muleta para a precariedade planejada e intencional de seus serviços. As torcidas organizadas já aprenderam e difundem essa lição ao promover a distribuição de cestas básicas ao mesmo tempo em que organizam protestos para barrar a

extrema-direita nas ruas. Assim como o MST, que produz alimento saudável e barato enquanto enfrenta a maior concentração de terra do mundo e um dos maiores índices de violência no campo

Como qualquer um poderia prever, mesmo trabalhando para que pessoas tenham acesso à terra e pessoas no campo e na cidade tenham comida em casa, o MST segue sendo um dos principais alvos do governo federal e dos estados. Em Minas Gerais, o desalojo do assentamento Quilombo Campo Grande no dia 13 de agosto, deixou sem casa 450 famílias que ocupavam e produziam por mais de 20 anos em um terreno abandonado por seu proprietário que devia fortunas em impostos. Policiais Militares derrubaram a escola comunitária e incendiaram plantações, de forma semelhante às táticas do Estado Islâmico para expulsar agricultores de suas terras na Síria.

A história confirma que momentos de luta social radical, pandemias e a ação direta por solidariedade entre pobres e excluídos não são nenhuma novidade nessas terras. Agindo em solidariedade sob uma perspectiva revolucionária, coletivos e movimentos não pretendem apenas “preencher” o vazio dos serviços Estado nem muito menos servir como uma forma de caridade. Pretendemos mostrar que novas relações e princípios podem e devem surgir para solucionar os problemas causados pela tirania capitalista e superar a lógica que causa tais problemas.



INDICAÇÕES DE LEITURA:

Neste ano conturbado colaboramos com algumas publicações para pensar e agir em nosso mundo. Dentre eles, o livro “Antifa: Modo de Usar”, que conta com artigos, entrevistas e traduções que fizemos e publicamos no site e nessa revista. Abaixo, listamos algumas breve recomendações e resenhas.

“Antifa: Modo de Usar”:

Compilação de artigos, entrevistas e relatos de diversas autorias que narram e exploram o surgimento do movimento antifa moderno no Brasil da décadas 1980 até o século 21, sua profunda relação com os movimentos anarquista e punk.



“Bem-vindas às Linhas de Frente: Além da Violência e da Não-violência: – Chuang:

O texto do Coletivo Chuang traduzido por Facção Fictícia que analisa recentes levantes em Hong Kong contra a lei de extradição e seus paralelos e influência sobre os as ondas de protesto no Chile e nos Estados Unidos nas táticas a relação entre “violência” e “não-violência”.

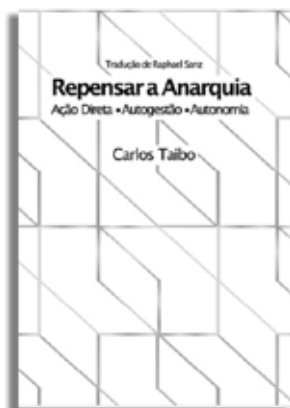
“O Prazer Armado” - Alfredo Bonnano:

Escrito em em 1977 durante às lutas dos anos de chumbo na Itália, o livro analisa a relação entre o uso das armas, as práticas insurrecionais e os grupos revolucionários da época. Um dos alvos centrais do livro é a forma pela qual alguns grupos guerrilheiros, sobretudo as Brigadas Vermelhas, partiam de uma renúncia do presente e das experiências de prazer em detrimento de estruturas militarizadas para alcançar uma revolução futura. Essa nova versão, tradução inédita do original em italiano, pode ser baixada em edicoesinsurrectas.noblogs.org



“Repensar a Anarquia” - Carlos Taibo:

Lançado pela Monstro dos Mares, o livro é uma introdução e uma investigação aprofundada do anarquismo como filosofia política e estratégia política. Taibo apresenta os princípios básicos do anarquismo ao mesmo tempo em que envolve os debates em torno de cada um, produzindo um livro que irá agradar tanto a iniciantes quanto a leitores com amplo conhecimento desse movimento político insurgente.



“A Luta é Pela Vida” #1 e #2 - Org. Facção Fictícia:

Os dois volumes da publicação A Luta é Pela Vida reúnem textos escritos por anarquistas e rebeldes em diferentes partes do planeta. Um esforço inicial de difusão das análises feitas no calor da situação em que nos encontramos por conta do surgimento da pandemia do novo coronavírus. São escritos produzidos em meio ao ronco surdo de uma batalha que travamos pela vida de cada um e não, como Estado vem fazendo, em torno da ideia de vida como ativador de dispositivos de segurança.



“Outra Campanha 2020”:

Publicação com conteúdo da Outra Campanha 2020 puxada pelos coletivos Antimídia e Facção Fictícia. O texto é a base do vídeo “A Era da Democracia”, que apresenta as origens do voto democrático, seus limites e propostas para superá-lo e construir um mundo realmente igualitário e livre do Estado e do Capital.

Visite outracampanha.noblogs.org para ver a campanha completa e muito mais material e também antimidia.noblogs.org para mais vídeos do coletivo.

Sugestões, dúvidas ou críticas?
Escreva para facfic@riseup.net



INTERNACIONAL FICTÍCIA:



DEBATE • ESCRIVE • DIAGRAMA • INSURGE

**Faz tempo que nossa
organização recomenda
o uso de máscaras.**



***Organize a solidariedade
e a ação direta!***

